



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós Graduação em Psicologia

DISSERTAÇÃO

Aposentadoria e Tempo Livre: Um estudo com Policiais Federais

Mestranda: Marilaine Bittencourt de Freitas Lima

Orientadora: Dulce Helena Penna Soares

Co-orientador: Iúri Novaes Luna

Área de Concentração:
Práticas Sociais e Constituição do Sujeito

Linha de pesquisa:
Trajetórias no Trabalho e Processos Identitários

Florianópolis, 2010.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós Graduação em Psicologia

MARILAINE BITTENCOURT DE FREITAS LIMA

Aposentadoria e Tempo Livre: Um estudo com Policiais Federais

Dissertação apresentado ao curso de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção de grau de Mestre em Psicologia, na linha de pesquisa Práticas Sociais e Constituição do Sujeito, sob orientação da Professora Dra. Dulce Helena Penna Soares e Co-orientação do Dr. Iúri Novaes Luna.

Florianópolis, 2010

A DEUS, meu guia e minha força superior.
Ao meu ESPOSO Cesar Augusto e as minhas filhas Nicole e Louise,
pessoas que muito amo,
fonte de minhas
inspirações.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela benção da vida.

Às minhas lindas filhas, que nos momentos de exaustão trouxeram-me conforto e alento. Nicole, pelas massagens e chazinhos: *“mãe, você tá muito cansada, pára um pouco”*; Louise pelas palavras de amor: *“? vem brincar um pouco comigo. Mamãe te amo, por que você estuda tanto”*.

Com muito amor, ao esposo Cesar, que sempre me estimulou a ir atrás de meus sonhos.

À querida orientadora professora doutora Dulce Soares, que durante todo o processo guiou-me com profissionalismo, acolhimento e sensibilidade.

Ao co-orientador, professor doutor Iúri Luna, que me acompanha desde a graduação, cujo profissionalismo representa um norte para o desenvolvimento de minha prática de Psicóloga.

Aos professores que participaram da banca de defesa:

Doutora Lucia França, doutor José Carlos Zanelli, doutor Narbal Silva, por terem aceitado trazer suas contribuições ao crescimento de meu trabalho.

À professora Maria Chalfin Coutinho por sua brilhante contribuição durante e projeto.

Aos participantes da pesquisa, por terem confiado suas histórias, o meu muito obrigado! Sem vocês esta pesquisa não se teria realizada.

Ao Sindicato dos policiais federais de SC, em especial ao Presidente Nedel e à colaboradora Patrícia, pela mediação dos contatos com os participantes.

Ao Departamento de Polícia Federal, em especial às servidoras Cynthia e Fabiana, pelas suas importantes colaborações.

Aos meus pais e irmãos, pelo carinho e amor ao longo da trajetória. Em especial, ao irmão Luciano, cujo sofrimento fez refletir sobre a importância do luto nas nossas vidas.

A minha querida sobrinha e futura Psicóloga, Melissa, por tua brilhante luz na minha vida.

Às grandes amigas, cuja parceria foi fundamental nessa caminhada. Meu carinho especial para Bárbara, Betila, Dulce, Luiza, Vânia e Sheila.

O TEMPO...

O segredo do tempo é consumi-lo sem percebê-lo.
É fingir-se infinito para não o vermos passar
É fazer-se contar em anos em vez de momentos

Relógio, despertador, cronômetro, calendário
Tudo engodo para imaginarmos prendê-lo, controlá-lo

Ampulheta, único instrumento sincero do tempo
Regressivamente, nos impõe a gravidade
De haver realmente um último grão
Riscando na areia a nossa fragilidade

Mas o tempo é imparcial
Não distingue rico de pobre
Preto de branco, homem de mulher
Devora-se sem escolhas

Matar o tempo é matar-se sem sentido
Perdê-lo é viver em vão

Faz-se devagar nos maus momentos
Depressa quando o queremos

Ponteiro invisível da vida
Peça necessária do fim

A sua fome é insaciável
A sua vontade é determinante
A sua procura é unânime

Se esconde nas sombras que se movem
Nos objetos que não mais servem
Nas pessoas que nunca mais vimos
Na podridão das frutas que não foram colhidas
Nas lembranças já esquecidas

Revela-se nas fotos que se desbotam
Nas cartas que amarelam
Nas crianças que crescem
Nas rugas que aparecem

Deixa-nos a esperança de Pandora
Nas ações dos que virão
No nascimento dos rebentos

(Paulo Esdras)

RESUMO

LIMA, M.B. de F.(2010). **APOSENTADORIA E TEMPO LIVRE: um estudo com Policiais Federais.** (125 folhas) Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa em Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Esta pesquisa teve como objetivo identificar como policiais federais de Santa Catarina aposentados se relacionam com o seu tempo livre. Para isso, dos sujeitos investigados, buscou-se inicialmente caracterizar tal profissão, relatar as trajetórias profissionais, descrever as transformações da utilização do tempo livre na trajetória de vida, antes e depois da aposentadoria e, finalmente, identificar as ações empreendidas pelos aposentados no seu cotidiano atual. Os participantes desta pesquisa são três Agentes da Polícia Federal aposentados, residentes em Florianópolis, do sexo masculino, com idade entre 50 e 55 anos. Foram escolhidos policiais federais aposentados por serem servidores públicos com características peculiares, tais como dedicação exclusiva, tempo integral, estabilidade e não manter vínculo empregatício com outra instituição. Os procedimentos para coleta de dados foram uma consulta documental, uma entrevista (semi-estruturada) e, para aprofundar o estudo, uma segunda entrevista (recorrente). A análise de dados foi realizada através da análise de conteúdo, sendo seis categorias criadas com base nas respostas dos entrevistados. Os respectivos temas emergentes foram: *trajetória profissional e suas principais mudanças*: primeiro emprego, ingresso na Polícia Federal, trajetória dentro da polícia, formação acadêmica, realizações e/ou frustrações profissionais; *identidade de policial*: processo de construção da identidade profissional, repercussões desta na família e no social, assim como possíveis transformações vivenciadas com o advento da aposentadoria; *tempo livre antes da aposentadoria*: ações cotidianas empreendidas nas horas livres (enquanto o sujeito estava na ativa); *aposentadoria*: experiência no processo de aposentadoria, desde o motivo da aposentadoria, perpassando pelas possíveis alterações familiares, sociais, emocionais, até o presente momento; *tempo livre após a aposentadoria*: experiências vivenciadas no tempo livre; *genealogia: trabalho e tempo livre*: trabalho e tempo livre dos familiares dos entrevistados. Os resultados encontrados indicam que para os sujeitos investigados o trabalho foi considerado central, levando-os a construir

uma identidade mais estável, além de uma forte identificação com a profissão, resultando num sentimento de ambivalência na aposentadoria. Em relação às experiências vivenciadas no tempo livre enquanto estavam na ativa, apesar da fundamental importância do trabalho nas suas vidas, dois deles estabeleceram outras fontes de satisfação. Já no que se refere ao tempo livre como aposentado, destacam-se um maior convívio com a família, práticas esportivas e lazer. Não houve arrependimento por terem se aposentado, pois continuar trabalhando significava arriscar perder os benefícios da aposentadoria, arriscar a própria vida ou até mesmo tirar a vida de alguém. Não deixaram de apresentar sentimentos ambivalentes, além da elaboração do luto. Quanto ao tempo livre, houve uma mudança significativa na forma de vivenciar esta nova fase, pois antes o dia-a-dia era emocionante, sem rotina, e hoje todos levam uma vida mais calma, muito unidos à família, desenvolvendo algumas atividades físicas. Afirmam que o tempo livre é um dos benefícios da aposentadoria.

Palavras-chave: Aposentadoria; tempo livre; policial federal

ABSTRACT

LIMA, M.B. F. (2010). RETIREMENT AND FREE TIME: A study of Federal Policemen. (125 pages) Dissertation (Master's Degree in Psychology) - Program in Post Graduation in Psychology at the Federal University of Santa Catarina, Florianópolis.

This research aimed to identify how the Federal Policemen retired of Santa Catarina deal with their free time. For this, the subjects investigated, was sought initially characterize such profession, report the career paths, describe the changes of how to spend the free time in the path of life before and after retirement, and finally identify the actions taken by retirees in their current daily. The participants of this research are three retired agents of the Federal Police who live in Florianópolis, male, aged between 50 and 55 years. Were chosen retired Federal Policemen, because they are civil servants with special characteristics, such as exclusive dedication, full-time, stability and not keeping a job with another institution. The procedures for data collection were a consultation document, an interview (semi-structured), and to deepen the study, a second interview (recurrent). The data analysis was performed using content analysis, being six categories created based on responses from the interviewed: The emerging topics were: career path and its major changes: first job, joining the Federal Police, path in the police, training academic, achievements and / or professional frustrations; police identity: the construction process of professional identity, this impact on family and social, as well as possible changes experienced with the advent of retirement; free time before retirement: daily actions taken in hours free (while the subject was on active duty); retirement: experience in the retirement process, since the reason for retirement, traversing the possible family, social, emotional changes, until this moment; free time after retirement: experiences lived in their free time ; genealogy: work and free time: work and free time for family members interviewed. The results found indicate that, to the investigated subjects, the work was considered central, letting them build a more stable identity, and also a strong identification with the profession, resulting a feeling of ambivalence in the retirement. In relation to the experience lived in the free time while they were on active duty, even with the fundamental importance of the work in their lives, two of them established another source of satisfaction. In what refers to free time as a

retiree, what detaches is spending more time with the family, practicing sports and leisure. There were no regrets for having retired, because keep working meant to risk losing the retirement benefits, risking their own life and also taking someone else's life. They kept having some ambivalent feelings and grief process. In what refers to free time, there was a significant change in the way of living this new time, because before the day-by-day was full of "adrenaline", without a routine, and today all of them live a calm life, close to the family, developing some physical activities. They recognize that the free time is one of the retirement benefits.

Keywords: Retirement; free time; federal police

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	21
1 - INTRODUÇÃO.....	23
1.1 Objetivo Geral.....	26
1.2 Objetivos específicos	26
2 - REVISÃO DE LITERATURA	27
2.1 Trabalho: reflexões sobre o conceito	27
2.2 Aposentadoria: aspectos legais e conceituais.....	30
2.3 Identidade profissional.....	35
2.4 As interfaces do tempo.....	37
3 - MÉTODO	43
3.1 Fase preliminar do campo	44
3.2 Participantes.....	45
3.3 Procedimento para coleta de informações.....	47
3.3.1 Consulta documental	47
3.3.2 Entrevistas individuais.....	48
3.3.2.1 Entrevista semi-estruturada	48
3.3.2.2 Entrevista recorrente.....	49
3.4 Situação ambiente	51
3.5 Equipamento e material	51
3.6 Procedimento para Análise de dados.	51
4 - RESULTADOS DA PESQUISA: ANÁLISES E DISCUSSÕES	55
4.1 Contextualização da profissão de Policial Federal.....	55
4.2 Estudos de caso: reflexões e discussões.....	59
4.2.1 História de João	61
4.2.2 História de José.....	70
4.2.3 História de Pedro	78

4.3 Discussão dos resultados	87
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS.....	97
APÊNDICES	105

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA

Figura 1: Sarriera <i>et al.</i> (2007 p. 723), sobre significados do tempo livre.	41
---	----

QUADROS

Quadro 1: Caracterização do perfil dos três policiais.....	46
Quadro 2: Temas e categorias de análises.....	88

LISTA DE SIGLAS

ANSEF	- Associação Nacional dos Servidores da Polícia Federal.
AABB	- Associação Atlética do Banco do Brasil.
CAPES	- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
CEPSH	- Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos.
DFSP	- Departamento Federal de Segurança Pública.
DPF	- Departamento de Polícia Federal.
DRE	- Delegacia de Repressão a Entorpecentes.
GEB	- Guarda Especial de Brasília.
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
INSS	- Instituto Nacional de Seguro Social.
LIOP	- Laboratório de Informações e Orientação Profissional.
MPAS	- Ministério da Previdência e Assistência Social.
NRH	- Núcleo de Recursos Humanos.
OMS	- Organização Mundial de Saúde.
RFC	- Regime Facultativo Complementar.
RGPS	- Regime Geral de Previdência Social.
SAPSI	- Serviço de Atendimento Psicológico.
SINPOFESC	- Sindicato dos policiais federais no Estado de Santa Catarina.
SEPEX	- Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão.
SR/DPF/SC	- Superintendência Regional do DPF em Santa Catarina.
TCLE	- Termo de Consentimento Livre Esclarecido.
UNISUL	- Universidade do Sul de Santa Catarina.
UFSC	- Universidade Federal de Santa Catarina.

Sabe-se que toda pesquisa objetiva-se a partir da subjetividade do pesquisador, ou seja, o tema-problema está de alguma forma ligado a sua história de vida e ao trabalho que está desenvolvendo. Sendo assim, acredito ser pertinente relatar experiências centrais na minha vida profissional e acadêmica que influenciaram na decisão de adentrar esse campo de pesquisas.

O interesse em investigar o tema aposentadoria originou-se de estudos feitos em 2005 no Núcleo Orientado de Psicologia e Trabalho Humano da Universidade do Sul de Santa Catarina [UNISUL]. Com base nestes estudos desenvolvi o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC, no ano de 2006, tendo como título: *Aposentadoria: Fim ou recomeço? Um levantamento da percepção de professores aposentados sobre a influência da aposentadoria nas suas trajetórias profissionais e nos seus estilos de vida*. Para o grupo estudado a aposentadoria foi considerada uma experiência positiva, oportunizando a obtenção de novas experiências de trabalho remunerado e a realização de atividades assistenciais. Contudo, outros temas surgiram, dentre eles, a questão relacionada ao uso do tempo livre.

O ingresso no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina [UFSC] permitiu a continuidade da investigação, pois os temas “trajetórias no contexto atual do trabalho”, “construção de identidades”, “produção de sentidos” e “projetos em variados contextos sócio-laborais” são objeto de estudo no Programa. Assim sendo, este trabalho emerge como uma tentativa de contribuir para a produção de conhecimentos sobre o tema.

Inicialmente, a intenção era estudar a relação dos servidores públicos com o tempo livre, uma vez que certas peculiaridades do trabalho destes sujeitos despertavam minhas inquietações: Como alguém que possui uma rotina de trabalho constante, tem o tempo organizado pelos horários fixos de entrada e saída, estabilidade e grande burocracia nas relações de trabalho, transita de um espaço produtivo para uma situação de aposentadoria?

Dentro do universo de pesquisa escolhido, a opção de estudar especificamente a categoria dos policiais federais deu-se principalmente pelos seguintes motivos: percebeu-se na comunidade acadêmica uma expressiva lacuna quando o tema tratado é a aposentadoria de policiais

federais; a instituição respondeu prontamente ao convite para participar da presente pesquisa; por fim, é uma instituição que possui uma imagem bem definida no meio social (zelar pelos direitos e segurança dos cidadãos).

O objetivo principal desta pesquisa é identificar como este grupo de aposentados se relaciona com o seu tempo livre. A estrutura do trabalho está dividida da seguinte forma: primeiro a Introdução, onde são discutidos o contexto da pesquisa, o problema, os objetivos e a justificativa. Após, o Marco Teórico, onde estão conceitos básicos (trabalho, aposentadoria, identidade profissional e tempo) que serão utilizados ao longo do trabalho. Na sequência, o Método, a Contextualização, o Resultado (análises e discussões) e as Considerações Finais. Por fim, as Referências e os Apêndices.

Na maioria das vezes, o trabalho é reconhecido no senso comum apenas pela sua conotação econômica. Nesse sentido, a aposentadoria é entendida como a passagem de uma vida de trabalho para sua ausência. Seja como meio de garantir a subsistência, como forma de realização pessoal, como regulador da organização da vida humana, seja como “mal necessário” ou como fonte de satisfação, é fato que o trabalho ocupa a maior parte do tempo em que vivemos.

É importante também abordar alguns aspectos do conceito “tempo”, tema que instiga pesquisadores das Ciências Humanas, Exatas e Biológicas. Da mesma forma que se trata de uma experiência corriqueira e elementar na vida de qualquer pessoa, o tempo é um conceito extremamente complexo e que, por isso, será discutido em apenas algumas de suas múltiplas facetas.

Na atualidade o tempo de trabalho produtivo¹ é o mais valorizado, tendo como um dos meios para medi-lo o tempo cronológico. Em consequência, o tempo é considerado um bem precioso em nossa sociedade. Aposentadoria é, portanto, um afastamento do tempo pleno de trabalho para o tempo de aposentado (Junior, 1998).

Assim, o tempo livre do qual dispõe o aposentado é muitas vezes associado à idéia de ócio, de inutilidade. Entre os sinônimos para o verbo “aposentar”, Zanelli e Silva (1996, pp. 27) apresentam o que consideram mais estarrecedor: “pôr de parte, de lado”. É como uma

¹ No sistema capitalista o trabalho produtivo é o que produz diretamente mais-valia para o empregador ou que transforma as condições materiais de trabalho em capital e o dono delas em capitalista (Marx, 1998).

exclusão que a sociedade impõe àqueles que chegam ao final da carreira: se não trabalham mais, deixam de ser importantes.

As pessoas que, ao longo da vida, deram um destaque excessivo ao papel profissional, possivelmente deixaram de utilizar seu tempo livre de outras formas. Ao chegar à aposentadoria poderão sentir-se perdidas, pois além de deixarem seu emprego deverão aprender a usar esse tempo livre. Desse modo, a tão sonhada aposentadoria poderá tornar-se um pesadelo (Garcia, 1995).

A participação como observadora do Programa Aposent-Ação² permitiu constatar, a partir das falas de alguns participantes, a dificuldade dos aposentados de lidar com este tempo disponível: “[...] *as pessoas acabam não vivendo o presente, mas sim o futuro*”; “*não tenho ocupação! Cai na rotina, quando vi o dia já passou, a semana já passou... e assim foram os quatro anos de aposentadoria!*”; “*Hoje, me sinto muito perdido, meio inútil e vejo que o tempo está passando*”. Esta experiência reforçou a impressão de que se trata de uma realidade preocupante, na medida em que o aumento da expectativa de vida da população tende a generalizá-la na sociedade.

Delimitado o tema de pesquisa, foi iniciada a revisão da literatura científica pertinente. Primeiramente efetuou-se uma busca nas bases eletrônicas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior³, [CAPES] a fim de verificar teses/dissertações relacionadas ao tema desta pesquisa. Ao combinar os descritores “Aposentadoria e tempo livre”; “Identidade profissional e aposentadoria”; “policial federal e aposentadoria”, e por último, somente a palavra-chave “policial federal”, verificou-se que, na maioria das vezes, aposentadoria está relacionada à velhice e tempo livre a lazer. Como os objetivos desta pesquisa são estudar aposentadoria, não necessariamente vinculada ao termo “velhice”; “tempo livre”, não como sinônimo de “lazer”; e agregar conhecimentos sobre a pouco estudada categoria “policiais federais”, espera-se que o estudo aqui proposto possa contribuir para preencher uma lacuna no conhecimento científico sobre essa temática.

Com a combinação das palavras “aposentadoria e tempo livre”, obteve-se um total de dezoito estudos (teses/dissertações). Constatou-se que, destes trabalhos, dez relacionam aposentadoria com os termos velhice/envelhecimento; três trabalhos estão voltados às questões econômicas que permeiam a aposentadoria; outros dois discutem

² O Aposent-Ação é um programa de preparação para aposentadoria desenvolvido na UFSC. Faz parte do projeto de extensão do Laboratório de Informação e Orientação Profissional [LIOP], do Departamento de Psicologia da UFSC.

³ <http://acessolivre.capes.gov.br/>, busca realizada em outubro de 2008 e março de 2009.

representações e políticas sociais que envolvem este tema. Encontrou-se apenas um trabalho tendo como foco aposentadoria e tempo livre: Buonsanti (2007), constatou que o tempo livre, para o grupo estudado, é um dos maiores ganhos na aposentadoria, pois esta liberdade reflete na qualidade de vida. Por outro lado, existe uma dificuldade em usar o tempo livre na ausência da rotina de trabalho. O descritor “tempo livre” foi apresentado ainda em dois outros estudos, apenas no momento de análise dos resultados, não estando entre os objetivos das investigações: Soligo (1999) e Azevedo (2005) constataram que o tempo livre dos aposentados é utilizado com atividades de lazer e, na maioria das vezes, ocupado com a família.

Combinando os descritores “identidade profissional e aposentadoria”, foram localizados sete teses/dissertações (Bertoncini, 1992; Gonsalves, 1993; Leão, 2000; Carneiro, 2004; Duarte 2005; Torres, 2006). Destaca-se, pela proximidade da discussão, Stano (2001) ao analisar as questões do envelhecimento dos professores, identificou que as experiências profissionais constituem o sujeito e simultaneamente refletem no processo de envelhecimento, enfatizando que este grupo tem modos específicos de viver a velhice, diretamente ligados à identidade profissional.

Cabe destacar que para a combinação dos descritores “policial federal e aposentadoria” não houve nenhum retorno.

Ao utilizar a palavra-chave “policial federal” obteve-se um total de oitenta e três pesquisas (teses/dissertações). No entanto, apenas duas se referiam a este grupo específico (policiais federais). Beaklini (2004) fez um estudo sobre as atribuições da Polícia Federal e a Constituição de 1988. Ely (2007) estudou questões relacionadas à saúde (física/psíquica) destes profissionais. Os outros oitenta e um trabalhos se referiam, na maioria das vezes, a policiais civis e militares, com temáticas voltadas, principalmente, aos aspectos da atividade profissional em si e a políticas de segurança pública.

Posteriormente, utilizando-se o mesmo descritor acima citado, fez-se uma busca nas bases de dados Scielo⁴ e PEPsic⁵ a fim de verificar artigos relacionados a este tema. Como resultado constatou-se não haver nenhum retorno.

Das reflexões e experiências até aqui apresentadas emerge um tema atual, pertinente e aparentemente pouco estudado em nosso país. O

⁴ <http://www.scielo.br/scielo.php?lng=pt>, busca realizada em outubro de 2008 e março de 2009.

⁵ <http://pepsic.bvs-psi.org.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>, busca realizada em outubro de 2008 e março de 2009.

contingente de aposentados tende a ocupar uma parcela cada vez maior da população brasileira, com a geração de uma também crescente demanda na produção de conhecimento científico sobre essa realidade. Desse modo, evidencia-se a relevância do papel do Psicólogo no processo de aposentadoria, na medida em que busca conhecer a realidade encontrada e a possibilidade de propor estratégias para modificá-la com vistas à obtenção de melhorias na qualidade de vida dos envolvidos. Como exemplos podem-se mencionar a criação de associações para auxiliar o bem-estar do sujeito e da família, e a elaboração e implantação de planos de orientação para aposentadoria, proporcionando assim condições de viver com qualidade o tempo livre como aposentado.

Sendo assim, busca-se nesta investigação identificar: **como policiais federais aposentados de Santa Catarina se relacionam com seu tempo livre?**

Convém ressaltar que, para fins deste estudo, considera-se tempo livre o tempo de não trabalho assalariado, ou seja, o rompimento com o vínculo empregatício.

1.1 Objetivo Geral

Identificar como Policiais Federais aposentados de SC se relacionam com seu tempo livre.

1.2 Objetivos específicos

1. Caracterizar a profissão de policial federal em relação aos seguintes aspectos: princípios e valores institucionais e esfera organizacional;
2. Relatar as trajetórias profissionais dos aposentados investigados;
3. Identificar as ações empreendidas pelos aposentados no seu cotidiano atual;
4. Descrever as transformações da utilização do tempo livre na trajetória de vida, antes e depois da aposentadoria.

Em pesquisa qualitativa, o marco teórico é o capítulo dedicado a discorrer sobre teorias e conceitos que sirvam como base de sustentação para entender os fenômenos que serão observados (Minayo, 2004). Para alguns autores, considerados mais radicais, a escolha de uma teoria a *priori* é questionável, pois o pesquisador pode ser levado a ressaltar determinados aspectos dos fenômenos estudados, deixando outros de lado por não contemplarem a teoria apresentada (Mazzotti, 2006).

Desse modo, não se pretende que o marco teórico apresente todas as singularidades desta pesquisa, mas sim que sirva como norteador para mapear o percurso da investigação. Em vista do propósito de estudar aposentadoria, considerou-se relevante discorrer inicialmente sobre alguns temas específicos: trabalho; aposentadoria; identidade profissional e tempo (livre e de trabalho).

2.1 Trabalho: reflexões sobre o conceito

Uma breve revisão sobre a importância histórica do trabalho mostra que a multiplicidade de significados a ele atribuída não é recente. Na Antiguidade Clássica, a ociosidade era exaltada, sendo o trabalho tratado como atividade inferior e atribuição dos escravos. Na Idade Média, o trabalho dividia a sociedade e eram os servos os responsáveis pelas atividades braçais (por exemplo, agricultura). A partir da acumulação de excedentes e da produção de riquezas, emerge um novo modo de produção, o capitalismo, que passa a valorizar o trabalho considerado “humilhante” no feudalismo (Mazo, Lopes & Benedetti, 2001).

Com o capitalismo, que legitimava (e ainda legitima) o lucro, emergiu a necessidade de um arcabouço ideológico que valorizasse o trabalho, uma vez que a venda da força de trabalho livre ao capitalista, proprietário dos meios de produção, passou a ser vista como nobre e dignificadora do homem. Em contrapartida, aqueles que não trabalhavam eram vistos como vagabundos, inúteis, não confiáveis. Essa ideologia de glorificação ganhou ao longo do tempo importantes referenciais, muitos dos quais ainda influenciam o pensamento do homem contemporâneo (Mazo *et al.*, 2001).

A origem etimológica da palavra “trabalho” é o termo latino *tripalium*, cuja definição nos dicionários da Língua portuguesa remete a um instrumento de tortura composto de três paus. Conforme se pode observar, muitas vezes trabalho é sinônimo de sofrimento ou esforço, sendo para muitos um desperdício de tempo, que os impede de viver plenamente. Ditos populares como “quem inventou o trabalho não tinha o que fazer” ou “quem trabalha não tem tempo para ganhar dinheiro” demonstram alguns significados evocados pelo trabalho para muitas pessoas. No entanto, a mesma palavra pode ser definida como “prática transformadora da realidade, que viabiliza a sobrevivência e a realização do ser humano” (Malvezzi, 2000 p. 13).

É senso comum afirmar que o trabalho está vinculado a atividades remuneradas, com regras e normas instituídas. De um modo mais geral, porém, pode-se dizer que engloba também todas as atividades realizadas pelos homens e mulheres que têm por finalidade transformar seu meio, incluindo atividades de lazer. Marx e Engels (2007) preconizam uma significação ampla, ao dizer que não se trata apenas de uma mercadoria com valor de troca, mas de um meio pelo qual o homem transcende a dimensão meramente econômica.

Marx (1998) também diferencia o trabalho realizado pelos homens do trabalho realizado pelos animais. Estes agem por instinto sobre um objeto, ao passo que, no trabalho humano, a ação do sujeito está revestida de significado, estando associada a um “por quê” e a um “para quê”. O trabalho é visto como o meio pela qual a consciência deixa de ser um mero produto de adaptações biológicas e passa a ser uma atividade auto-governada. Desse modo, o homem passa a produzir a sua própria humanização, e assim distancia-se de sua animalidade, desenvolvendo novas faculdades e capacidades.

Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo o que se queira. No entanto, eles próprios começam a se distinguir dos animais logo que começam a *produzir* seus meios de existência, e esse salto é condicionado por sua constituição corporal. Ao produzir seus meios de existência, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. (Marx & Engels, 2007, p. 44).

Na contemporaneidade o trabalho, além de ocupar um espaço expressivo na vida dos sujeitos, também é fonte de significado na vida

humana, pois é através dos compromissos profissionais que as pessoas regulam suas vidas familiares e sociais, revelando-se assim fundamental para a existência (Bianchetti, 1996; Codo, 1997).

Antunes (2005) contesta a crítica sobre a posição de centralidade do trabalho realizada por alguns pensadores, tais como Gorz, Offe, Habermas, Méda, Rifkin, para os quais o papel de protagonista assumido pelo trabalho na existência humana estaria em crise. O autor, por sua vez, questiona essas críticas. Argumenta que, no atual contexto econômico, as relações de trabalho, assim como a classe trabalhadora, têm assumido novas configurações, sem no entanto deixar a posição central. Como exemplo cita o trabalho precarizado, o aumento expressivo do trabalho feminino, a expansão do trabalho no chamado terceiro setor e a exclusão dos jovens e dos idosos do mercado, entre outras. Afirma, desse modo, que a crise não é da categoria trabalho em si, mas sim, do modo de produção assumido na sociedade capitalista.

Frigotto (2002) chama a atenção para duas faces predominantes do trabalho no “novo” capitalismo: a econômica, relação existente entre o modelo de trabalho assumido no capitalismo na forma de trabalho assalariado (ou na forma de emprego), e a ontológica, reconhecida como fonte criadora da existência humana, inerente a sua condição. Estas duas formas de compreender o trabalho podem suscitar uma confusão conceitual. Como exemplo, o autor cita um diagnóstico no qual mais de 90 % das donas de casas de um bairro popular, quando questionadas se trabalhavam, responderam que não. Este resultado mostra que, na maioria das vezes, o conceito de trabalho é reconhecido no senso comum apenas pela sua conotação econômica, deixando de lado sua condição ontológica.

Laffin (2002) considera trabalho todas as atividades realizadas pelo homem que possibilitam a ampliação da sua condição humana, capazes de satisfazer suas necessidades. O emprego, por sua vez, é o reconhecimento legal de um vínculo entre empregado e empregador. Singer (2003, p.12) sintetiza que “o emprego resulta de um contrato pelo qual o empregador compra a força de trabalho ou a capacidade de produzir do empregado [...]”. Pode-se assim dizer que as pessoas se aposentam do emprego e não do trabalho.

É indiscutível o papel central assumido pelo trabalho na vida do homem, seja na sua condição de satisfação das necessidades econômicas ou na sua conotação ontológica. Na sociedade capitalista o trabalho (ou sua ausência) repercute diretamente nas relações sociais nas quais o sujeito está envolvido, não dizendo respeito somente à aquisição de renda, mas também à forma de se relacionar com o meio. Quando o

sujeito, por qualquer motivo, afasta-se por um período relativamente longo ou definitivo do seu emprego, espera-se como consequência uma transformação nas suas relações sociais e no seu modo de se relacionar com o tempo, agora supostamente livre.

O trabalho (bem como a maneira de pensá-lo, de significá-lo) está diretamente relacionado com as condições sócio-históricas nas quais cada sujeito vive, assumindo assim uma variedade de significados ou sentidos, muitas vezes contraditórios: “uns sonham com um mundo no qual não precisem trabalhar, outros se aposentam e reinventam um trabalho para si mesmos, porque não conseguem viver sem trabalho” (Borges & Yamamoto, 2004, p.24).

2.2 Aposentadoria: aspectos legais e conceituais

O avanço da ciência e tecnologia tem levado a um progressivo aumento da longevidade e da expectativa de vida, proporcionando ao sujeito usufruir um tempo maior de sua existência como aposentado, ainda gozando de boas condições físicas e mentais.

Essa realidade é facilmente constatada em nosso país, onde se vê uma elevação significativa do percentual de aposentados nos últimos anos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2008), em 2002 as pessoas com mais de 60 anos representavam 9,3 % da população brasileira; atualmente estão em torno de 10,5% (crescimento relativo, entre 1997 e 2007, de mais do que o dobro do crescimento da população total) e, conforme projeções, em 2020 representarão 11,4 % do total de brasileiros. A Organização Mundial de Saúde [OMS] (2008), conforme o IBGE (2008), prevê que até 2025 o Brasil será o sexto maior país do mundo em número de idosos. Convém destacar, porém, que no atual contexto do mundo do trabalho, nem todos aqueles que se aposentam são pessoas consideradas idosas⁶, ao contrário do que considera o senso comum.

No Brasil, a Previdência Social⁷ tem como finalidade garantir e proteger os trabalhadores nos momentos nos quais, temporária ou permanentemente, perdem a capacidade de trabalho, devido à ocorrência de fatores como reclusão, maternidade, doença, acidente, idade avançada, invalidez parcial ou total e morte.

⁶ O Estatuto do Idoso, assim como a OMS, considera idosos(as) as pessoas que tenham 60 anos ou mais.

⁷ A Previdência Social é o seguro social fornecido à pessoa que contribui à Instituição Pública denominada Ministério da Previdência Social. Tem como objetivo reconhecer e conceder direitos aos seus segurados.

No caso da aposentadoria pelo sistema público, os benefícios previdenciários são dados aos trabalhadores que recolheram contribuições mensais à instituição oficial responsável, atualmente o Instituto Nacional de Seguro Social [INSS] (2008). A lei considera contribuintes obrigatórios todos os trabalhadores urbanos ou rurais que exerçam atividades remuneradas, entre os quais estão empregados, empregados domésticos, trabalhadores avulsos, contribuintes individuais (autônomos ou empresários) e segurados especiais (trabalhadores rurais, assemelhados e índios). Os contribuintes facultativos são pessoas maiores de 16 anos de idade, que contribuem com o Regime Geral de Previdência Social [RGPS], desde que não exerçam atividades remuneradas que os enquadrem como segurados obrigatórios. São donas de casa, estudantes, estagiários, desempregados e síndicos não remunerados (Ministério de Previdência e Assistência Social [MPAS] (2008).

No Brasil, pelo RGPS, existem quatro tipos de aposentadoria: por invalidez; por tempo de contribuição; especial e por idade. A seguir será feito um breve esboço de cada uma delas, destacando que não serão apresentadas aqui suas particularidades.

A aposentadoria por invalidez é concedida aos trabalhadores que, por doença ou acidente, forem considerados pela perícia médica da previdência incapacitados para o exercício de suas atividades ou outros serviços que lhes garantam o sustento.

A aposentadoria por tempo de contribuição pode ser “integral” ou “proporcional”: na primeira, há exigência mínima de tempo de contribuição dos trabalhadores (homens 35 anos e mulheres, 30 anos). Na segunda, o trabalhador deverá combinar tempo de contribuição e idade mínima. Para os homens 53 anos de idade e 30 anos de contribuição; para as mulheres, 48 anos de idade e 25 de contribuição.

A aposentadoria especial é concedida ao segurado que tenha trabalhado em condições prejudiciais à saúde ou à integridade física. Para ter este benefício o segurado deverá comprovar o tempo de trabalho, bem como a efetiva exposição aos agentes considerados prejudiciais a sua saúde pelo período de 15, 20 ou 25 anos.

E por fim, aposentadoria por idade, concedida aos trabalhadores que comprovarem um tempo de contribuição exigida, assim como idade mínima. Para os trabalhadores urbanos homens 65 anos e, para as mulheres, a partir dos 60 anos; para os trabalhadores rurais homens 60 anos e, para as mulheres, 55 anos.

Atualmente a previdência social contempla três regimes: o RGPS, denominado de Previdência Pública (apresentado até então), o Regime

Facultativo Complementar [RFC] que diz respeito à Previdência Privada (não será aqui discutido) e os regimes próprios de militares e de servidores públicos. No caso específico dos policiais, as normas são regidas pela Lei Complementar nº 51, de 20 de dezembro de 1985, com destaque para o artigo 1º:

Art.1º - O funcionário policial será aposentado:

I - voluntariamente, com proveitos integrais, após 30 (trinta) anos de serviço, desde que conte, pelo menos 20 (vinte) anos de exercício em cargo de natureza estritamente policial;

II - compulsoriamente, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, aos 65 anos (sessenta e cinco) anos de idade, qualquer que seja a natureza dos serviços prestados.

Discutiu-se até aqui as questões legais pertinentes ao processo de aposentadoria. No entanto, há também que se considerar no processo as mudanças psicossociais.

Quando se fala em aposentadoria, não se pode deixar de pensar em uma mudança real e concreta na vida do indivíduo. Moscovici (2000) afirma que podem existir dois cenários distintos no final de carreira: o primeiro diz respeito a um sujeito satisfeito com os resultados profissionais alcançados até o momento, porém há uma preocupação com o pouco tempo que sobra para alcançar mais, levando a pensar na aposentadoria como algo limitador e desagradável. O outro diz respeito a um profissional que considerava o seu trabalho seguro e estável, e com a chegada da aposentadoria, faz uma avaliação da sua carreira. Percebe que não era esta a vida desejada, porém acha que não há mais tempo para mudar. Esse sentimento pode levar a uma crise existencial e em alguns casos até mesmo à depressão.

A aposentadoria é um momento de se encarar o mundo do não trabalho assalariado. Este mundo é relativamente novo e o momento requer uma reorganização da vida familiar, novas relações afetivas, novos espaços de convívio e relacionamentos fora do mundo do trabalho, novas rotinas e até a diminuição gradativa da jornada diária. Como possibilidades surgem os trabalhos alternativos, hobbies, as experiências em artes e ofícios que geram autonomia em relação à organização tempo em função do trabalho (Carlos, Jacques, Larratea, & Heredia, 1999).

A transição do papel de profissional para o papel de aposentado, segundo Atchley (1999 como citado em Magalhães, Krieger, Vivian, Straliozzo, & Poeta, 2004), possui seis fases específicas, a saber: “pré-aposentadoria; lua-de-mel; desencantamento; re-orientação; estabilidade e término”. Cabe destacar que, com o uso desta classificação, de modo algum se pretende generalizar o ocorrido nestas fases para todos os processos de aposentadoria, apenas descrever mais uma forma de refletir sobre os sentimentos vivenciados neste momento.

A primeira é a “pré-aposentadoria”, que inclui a fase remota (o sujeito percebe a aposentadoria como positiva e sabe que ela ocorrerá um dia) e a fase aproximada (o sujeito orienta-se em relação a uma data específica para a sua aposentadoria). Este momento é repleto de fantasias, que podem ser reais, de antecipação do futuro, ou irreais, auxiliando ou prejudicando sua adaptação a este processo.

A segunda fase é quando a aposentadoria realmente acontece, denominada “lua-de-mel”. Essa fase caracteriza-se por um momento de euforia, no qual o sujeito realiza todas as coisas que antes não tinha tempo para fazer e vivencia as fantasias construídas na fase da pré-aposentadoria. É importante destacar que nem todos vivenciam esta fase, seja por não possuírem recursos financeiros para tal, ou mesmo por possuírem uma atitude negativa em relação à aposentadoria.

Passando a “lua-de-mel”, ocorre a chamada fase do “desencantamento”. Aqui o sujeito precisa reestruturar a sua vida, baseada agora na nova realidade de aposentado. Quanto mais irreais tiverem sido as fantasias na pré-aposentadoria, mais sentirá neste momento o vazio do desencanto, podendo chegar até à depressão.

A próxima fase é a de “re-orientação”. Novos projetos poderão ser desenvolvidos e novas possibilidades exploradas, para que opções mais realistas e satisfatórias estabeleçam uma estrutura e uma rotina na vida de aposentado, gerando então satisfação.

Na fase de “estabilidade” o sujeito realmente se reconhece como pessoa aposentada, sabendo quais são as suas capacidades e limitações e o que é esperado dele. Alguns vivenciam esta fase logo após a fase de lua-de-mel, outros apenas depois de reverem suas metas de vida e outros nunca chegam a vivenciá-la.

A última fase, de “término”, é quando o papel de aposentado perde relevância para o sujeito. O papel é abandonado devido a doenças incapacitantes e à perda da autonomia, surgindo em consequência um novo papel: o de desabilitado. É importante destacar que somente algumas pessoas chegam a esta fase.

Um outro sentimento que pode surgir no processo da aposentadoria, é o de luto. O luto pela perda do trabalho, dos amigos, do próprio corpo que agora está envelhecendo. O luto é uma reação emocional, normal, à perda de alguém ou de alguma situação significativa (seja ela simbólica ou concreta), vivenciado pela maioria das pessoas. As pessoas passam ao longo da vida por várias “mortes”. Nas Palavras de Arcuri (2006):

Basta observar o desenrolar de nossa vida para perceber como nos deparamos com a morte em várias instâncias: a infância morre e nasce a adolescência. A adolescência passa e nos tornamos adultos. Um nascimento requer uma morte e uma morte requer um nascimento (p.39).

Na busca por compreender o processo de morrer, Kubler-Ross (1998) fez um estudo com doentes em fase terminal, descrevendo cinco fases deste processo: 1) **Negação:** é quando a pessoa recebe a notícia e de certa forma pode ser influenciada pela forma como esta lhe foi dada. Pode ser seguida por um choque emocional, acompanhada algumas vezes da frase: “Não pode estar acontecendo comigo”. 2) **Raiva:** quando a negação não é mais possível e a situação fica mais evidente, então surgem os sentimentos de raiva, revolta, ressentimento e inveja. Uma das frases que pode ser dita: “Por que eu?” 3) **Barganha:** esta vem posterior a negação e a raiva, o paciente muitas vezes age como uma criança, prometendo se comportar bem para ser recompensado. 4) **Depressão:** após estas três fases anteriores, pode restar um sentimento de perda do corpo, das finanças, da família, do emprego, e de tudo que permeia a vida da pessoa, sentimento de tristeza profunda. Esta é a fase de elaboração do luto de perdas que já foram vivenciadas. 5) **Aceitação:** as pessoas que chegarem até esta fase do processo tendo recebido apoio nos momentos anteriores, provavelmente aceitarão esta situação de modo mais tranquilo.

Ainda que esta divisão em fases tenha sido elaborada a partir de estudos com doentes terminais, acreditamos que se pode fazer uma leitura do processo de aposentadoria utilizando-as como norteadores, pois na aposentadoria podem surgir sentimentos de luto.

Tendo em vista o interesse em compreender o processo de aposentadoria, é interessante ainda ancorar a discussão no conceito de identidade profissional, pois durante a trajetória de trabalho o sujeito tende a construir essa identidade, que poderá sofrer algumas mudanças

significativas ao final de sua carreira. Assim sendo, a caracterização da trajetória laboral do sujeito (com sua ligação intrínseca à formação da identidade profissional) fornece uma base para compreensão, permitindo melhor visualizar as possíveis transformações que ocorrem com a aposentadoria. Assim sendo, embora o foco deste estudo não seja identidade, considerou-se relevante abordar o assunto, mesmo que de forma breve.

2.3 Identidade profissional

O termo identidade tem sido discutido nos mais variados campos do conhecimento humano, como por exemplo, Antropologia, Sociologia, Psicologia, Administração, entre outros. Por se tratar de um conceito polissêmico, diversos autores, considerados referências neste tema, muitas vezes o abordam sob diferentes perspectivas.

Hall (2006) estuda os estágios pelos quais passaram as concepções mutantes da identidade humana. A conceitualização do sujeito moderno teria mudado em três momentos históricos, sempre acompanhando evoluções científicas, dando origem assim a três concepções de identidade. Entre o Humanismo Renascentista (séc. XVI) e o Iluminismo (séc. XVIII) surge o “indivíduo soberano”, o homem racional, científico, centro do universo (ocorre aqui uma importante ruptura com o passado das tradições e estruturas estabelecidas por inspiração divina). A segunda concepção, sociológica, decorre do desenvolvimento da biologia darwiniana e das novas ciências sociais da época, que de um lado “biologizaram” o ser humano e, de outro, criticaram o sujeito racional cartesiano. Nessa concepção, o sujeito está consciente de que sua formação subjetiva depende da participação em relações sociais mais amplas. Finalmente, na “modernidade tardia” (segunda metade do séc. XX), a “identidade fixa e estável” do homem iluminista torna-se fragmentada, transitória e inacabada no homem pós-moderno, em decorrência das mudanças profundas vividas pela sociedade.

Sawaia (1999) sustenta que existe um paradoxo no moderno uso do conceito de identidade, com motivação antagonista: de um lado, serve como defesa do direito à diversidade, e do outro, como barreira do indivíduo contra a diversidade resultante da quebra das fronteiras de comunicação advinda da globalização. Aparentemente, essa contradição viria da concepção de identidade estável, fixa, em oposição ao conceito de identidade instável, em permanente modificação. Segundo a autora,

trata-se de um equívoco: uma concepção não anula ou substitui a outra, pois ambas são “momentos do processo de identificação”.

A posição de Maheirie (2002) é semelhante: o conceito de identidade só pode ser compreendido de forma dinâmica, uma vez que se trata de uma construção que envolve movimentos e posições contraditórias. O sujeito, através da sua consciência, constrói, desconstrói e reconstrói sua identidade ao longo do tempo, caracterizando-a como aberta e mutável, em constante metamorfose.

No que diz respeito aos conceitos aqui discutidos, constata-se uma unanimidade no que se refere à compreensão da identidade como um processo dinâmico, transitório, em permanente modificação.

Coutinho, Krawulski e Soares (2007) reconhecem o trabalho como fonte fundamental na construção da identidade humana e afirmam que, apesar das dificuldades trazidas por algumas das novas configurações assumidas pelo contexto produtivo capitalista no mundo contemporâneo (por exemplo, flexibilidade e transitoriedade, mercado informal e precário), os trabalhadores ainda tendem a buscar a construção de uma identidade coerente, embora de natureza mais transitória, ao longo de sua história. Luna (2005 p.81) alerta para a dificuldade crescente na construção de identidades profissionais atualmente, em decorrência das inúmeras divisões e subdivisões do trabalho. O autor define identidade profissional como “a auto-percepção do próprio sujeito e a percepção de outrem sobre ele como alguém que desenvolve uma atividade necessariamente relacionada a um conhecimento e/ou habilidade específicos”. A especialização cada vez mais exigida dos trabalhadores dificulta, segundo o autor, encontrar, para a atividade que se realiza, uma significação que transcenda o momento imediato.

Coutinho *et al.* (2007) coincidem com as idéias de Machado (2004) quanto à importância do trabalho na construção da identidade, acrescentando que os indivíduos constroem as diversas relações sociais com os diferentes grupos através do trabalho, podendo assim considerar o âmbito organizacional uma fonte de referências na construção da identidade, havendo ainda, além da identidade pessoal e social, a profissional e a organizacional, e que estas, por se tratarem de um fenômeno humano, articulam-se entre si.

Carlos *et al.* (1999), ressaltam que, da importância da identidade do trabalhador e sua representatividade enquanto identidade do eu, emergem as questões da aposentadoria e suas repercussões. Identidade que se refere, também, à consciência de pertencer a determinado grupo social, inclusive laboral, e à carga afetiva que esta pertença implica. O

espaço de trabalho e as categorias profissionais, em geral associados a prestígio ou desprestígio social, proporcionam atributos de qualificação ou desqualificação do eu. Nos casos em que a qualificação é de tal forma representativa, o prefixo *ex* é evocado para dar conta da identidade quando da aposentadoria.

As pessoas passam grande parte de suas vidas trabalhando e convivendo com os mesmos grupos, então a mudança ocorrida com a aposentadoria, na maioria dos casos, poderá não ser uma experiência tranqüila. Nesse contexto, Wilsom e Scalco (1995) acrescentam que na aposentadoria, além das mudanças nos hábitos diários de trabalho, o sujeito necessita pensar em uma nova inserção no grupo social do qual passará a fazer parte. Existem também perspectivas que remetem a uma visão positiva, pois sugerem novas possibilidades de criação de identidades, através de novas inserções sociais (políticas, familiares e culturais, entre outras).

No caso específico do grupo investigado, pode-se inferir que suas exigências e prerrogativas ímpares, decorrentes da natureza diferenciada do trabalho policial, tendam a formar uma identidade profissional também diferenciada. Essa natureza distinta tem suas origens no pensamento weberiano, segundo o qual a coação física para a manutenção da ordem vigente, quando obedece aos ditames legais, é prerrogativa legítima, exclusiva e requisito essencial para a formação do moderno Estado de direito (Adorno, 2002). E, dentre as instituições de que se vale o Estado para garantir esse monopólio do uso da força, destaca-se justamente a polícia.

2.4 As interfaces do tempo

Neste capítulo, serão desenvolvidos alguns pontos de discussão em torno da dimensão tempo (tempo de trabalho, tempo livre e ócio, tempo livre e lazer) e sua relação com as modificações histórico-sociais ocorridas no mundo do trabalho.

Inicialmente, julga-se pertinente apresentar a reflexão de Monteiro (2005, p.58) inspirada na mitologia grega, a respeito das instâncias temporais, Kronos e Kairós. O tempo cronológico é o do relógio, ordenado e delimitado, “devorador de tudo o que cria”, nas palavras do autor. É um tempo repetitivo, que dificulta a criatividade, emperra a evolução e não respeita as particularidades do ser humano. Quando se está preso a essa dimensão temporal, a preocupação principal torna-se trabalhar de maneira repetitiva, na busca da aceitação social. No

final da carreira esse tempo castrador torna-se enfadonho, por não se ter mais o que fazer, coroando a existência muitas vezes com episódios depressivos. Por outro lado, a dimensão Kairós refere-se a um tempo individual, que permite e acolhe as idiossincrasias e escolhas de cada um. Se a pessoa procura viver sua própria dimensão temporal, antecipa e melhor elabora o encontro consigo mesma, que inevitavelmente ocorrerá na velhice. O autor conclui seu pensamento criticando o julgamento do ser humano conforme classificações rígidas do tempo.

Segundo Aquino e Martins (2008), os conceitos de ócio e lazer, no Brasil, assumem significações semelhantes. Ainda que haja certa confusão conceitual também a respeito do tempo livre, que no senso comum também se assemelha aos dois primeiros conceitos, é possível já de antemão concluir que lazer e ócio dependem da existência de tempo livre. Citando Munnè (1980) e Gómez (1992), os autores sustentam que a palavra ócio em espanhol está relacionada à grega *scholé*, que seria algo como um lugar para o desenvolvimento e educação individuais. Esse termo grego seria também a origem da palavra “escola”, em diversos idiomas. Cabeza (2009) relata que o tempo livre na aposentadoria pode ser vivenciado de modo ambivalente, podendo ser usado para o desenvolvimento pessoal, mas também pode ser experimentado como um tempo sem sentido. Nesse sentido é importante o desenvolvimento de um ócio maduro nesta fase da vida, entretanto poucas pessoas desenvolvem práticas que possibilitem o uso do tempo livre que as satisfaçam. Prat (2008) afirma ser o ócio, na atualidade, imprescindível para quem almeja pleno desenvolvimento físico e mental. No entanto, em nosso meio, a palavra muitas vezes ainda carrega o sentido pejorativo derivado da influência protestante e puritana da época da Revolução Industrial.

Com base nos diversos conceitos de lazer mencionados por Aquino e Martins (2008), pode-se chegar à conclusão de que se trata de ocupação ou atividade com finalidades e características de repouso, entretenimento ou recreação, não obrigatória, com potencial para incrementar o desenvolvimento do indivíduo e recuperá-lo das atividades laborais. Para os mesmos autores, o que hoje se entende por “tempo livre” teve origem após a Revolução Industrial, visto que nas sociedades pré-industriais não existia separação nítida entre atividades lúdicas e laborais.

Antes da revolução industrial, a atividade produtiva era encargo dos agricultores e artesãos, sendo a matéria-prima e a produção controladas por eles próprios. A organização do tempo deste trabalho era natural, realizada em torno da periodicidade das estações. Com a

revolução industrial, os trabalhadores perderam o controle do processo produtivo e o tempo do trabalho passou a ser controlado pelo relógio (Tonelli, 2003).

Aquino e Martins (2007) destacam o valor econômico assumido pelo tempo na sociedade industrial, sendo comercializado como uma mercadoria. Neste contexto, a pressa e a urgência surgem como valores significativos da sociedade atual.

O capitalista não mais compra a “pessoa” do trabalhador, como ocorre nos sistemas escravistas ou servis, mas o tempo durante o qual o trabalhador coloca em ação sua força de trabalho (Rosso, 2006 p.308).

A evolução da tecnologia, com o advento de equipamentos e recursos de comunicação como fax, internet e celular, entre outros, suscita duas realidades opostas: por um lado, as pessoas têm a possibilidade de se comunicar com todo o mundo instantaneamente (economia de tempo); por outro, permanecem com a limitação do tempo, pois a todo o momento são solicitadas e interrompidas por essa tecnologia que as ocupa diuturnamente. A verdade é que este tempo, supostamente livre, é preenchido por mais atividades, causando assim uma sensação de não corresponder adequadamente às demandas solicitadas e as oportunidades oferecidas (Tonelli, 2003; Aquino & Martins, 2007).

O trabalho consome uma quantidade considerável de tempo na vida das pessoas, ao passo que na aposentadoria algumas pessoas passam a dispor de um tempo de mais liberdade (tempo de não-trabalho). Rosso (2006, p.307) caracteriza o tempo de não-trabalho pelas atividades exercidas pelo sujeito fora do âmbito laboral, ainda que não desvinculadas dele, considerando esta uma separação quase imperceptível entre um tempo e outro. Para o mesmo autor “tempo livre é o objetivo almejado pela luta dos trabalhadores e da humanidade, regido pela lei da liberdade”.

Aquino e Martins (2008) discutindo a articulação entre os conceitos de ócio, lazer e tempo livre, citam uma classificação do tempo social, proposta por Munné (1980), segundo a qual o tempo livre deveria ser caracteristicamente autocondicionado, ou seja, conduzido da maneira mais autônoma possível pelo indivíduo, inclusive para dedicação a um ócio mais autêntico. Entretanto, o consumismo desenfreado das sociedades pós-industriais acaba muitas vezes por tomar esse tempo,

ocupando o espaço de vivências significativas que poderiam contribuir para a realização e expressão pessoais.

No mesmo texto os autores chamam a atenção para a deficiência do sistema educacional atual em orientar e preparar crianças e jovens para um uso gratificante do tempo de ócio na vida adulta. A ênfase da educação é utilitária, lembrando sempre o papel central do trabalho como regulador da sociedade.

A partir dos conceitos apresentados, entende-se o tempo livre como o tempo de não-trabalho assalariado, sendo este atrelado a um tempo de liberdade de escolhas, autodeterminado, que pode ser vivido como um tempo de prazer ou de ócio. Sarriera *et al.* (2007), faz uma síntese (figura 1) sobre o sentido do tempo livre para este grupo. A percepção de tempo livre para estes jovens está ligado à noção de *tempo de liberdade* (sem compromisso, com liberdade de escolhas e sem controle externo), assim como *tempo de prazer* (interação social, período de férias e final de semana; momento individual) e *tempo de ócio* (para descanso, desenvolvimento e diversão). Embora se reconheçam as diferenças (etária/social) entre o grupo de adolescentes (estudado) e o de aposentados (em estudo), acredita-se pertinente a apresentação desta figura apenas para uma compreensão mais geral do fenômeno.

Ramo (1989, pp.168-170) reconhece o tempo e o espaço como fenômenos reciprocamente vinculados e que fazem parte de uma mesma dimensão social. Dentro do sistema social, o autor propõe quatro categorias do tempo. São elas: “Tempo serial, linear ou seqüencial ; tempo convivial; tempo de salto; tempo errante”;

O “tempo serial, linear ou seqüencial” é característica do cenário econômico. Faz parte de uma sociedade centrada no mercado, que tende a “serializar” o tempo das pessoas conforme sua orientação temporal, impossibilitando-as de satisfazerem suas necessidades com outras experiências temporais, que não estejam ligadas a essa categoria. Na dimensão social, participar de outros cenários que não sejam o econômico, exige disposição “psicológica” que muitas vezes as pessoas estão impossibilitadas de desenvolver. Exemplo extremamente expressivo disso é a parte da massa de aposentados, em nossa sociedade, que não sabe o que fazer consigo mesmo, quando perde a condição de detentora de emprego (Ramos, 1989, pp.168-169).

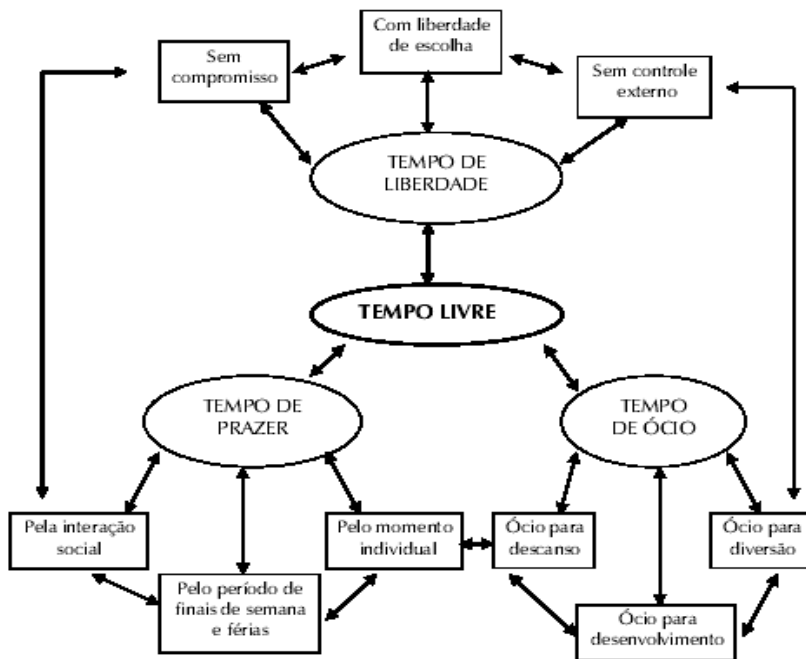


Figura 1: Sarriera *et al.* (2007 p. 723), sobre significados do tempo livre.

O “tempo convivial” diz respeito à capacidade das pessoas de utilizarem suas experiências individuais para se relacionarem com o grupo de forma autêntica e verdadeira, revelando seus intensos sentimentos. Esse tipo de experiência temporal possibilita que as pessoas sejam reconhecidas pelo que são e não pelo que possuem.

O “tempo de salto” é típico nas pessoas com indagação criativa (comum em cientistas, pintores, poetas, entre outros), que podem viver essa experiência temporal sozinhas ou com outras pessoas em idêntico estado de sintonia. Apesar dos indivíduos experimentarem uma oscilação de humor, marcada por uma combinação de sofrimento e alegria, altos e baixos, esta ocasião possibilita atos criativos autogratiífcantes.

O “tempo errante” é habitual naqueles que possuem experiência imprecisa do seu tempo existencial, ou seja, não têm uma direção consistente do seu tempo, sendo a vontade deixada de lado e as circunstâncias assumindo a administração de suas vidas. Como

exemplos de pessoas que vivem esta categoria são citados os mendigos, os trabalhadores nômades, os mascates e, eventualmente, os aposentados ou desempregados. É interessante destacar que viver transitoriamente assim pode possibilitar, muitas vezes, o desenvolvimento pessoal.

Um dos objetivos de apresentar a distinção entre estas categorias é apontar a possibilidade que o sujeito tem de vivenciar uma perspectiva multidimensional do tempo, contrário ao que as típicas teorias econômicas e organizacionais cominam, pois estas consideram apenas o tempo serial, deixando de lado os objetivos pessoais que não são pautados no mercado de trabalho. Os indivíduos que vivem demasiadamente o tempo serial muitas vezes não se dão conta “de sua deformação psíquica”, por isso o autor sugere:

Uma terapia destinada a curar essa deformação pode, talvez, ser desenvolvida como um conjunto de procedimentos capazes de ajudá-los a se dedicarem a experiências não-seriais de tempo. A plenitude da existência humana é perdida, se a pessoa não encara os tópicos substantivos que constituem sua condição consoante às variedades de tempo que a mesma envolve (Ramos, 1989 p.172).

As experiências culturais e sociais, assim como os hábitos, influenciam no modo como os sujeitos desfrutam o tempo livre e este, em contrapartida, se revela a partir dessas variáveis sociais. Dito de outra forma, o modo como o sujeito vive o tempo livre tem relação com a dimensão sócio-econômica e cultural na qual está inserido e varia conforme as peculiaridades psicológicas de cada um (Sarriera *et al.*, 2007).

Para o grupo em estudo, pode-se supor que o uso do tempo livre no decorrer da carreira tenha particularidades ligadas aos horários irregulares cumpridos por vários desses profissionais. O estudo tentará compreender como se dá a transição de um tempo livre muitas vezes fragmentado para uma disposição integral do tempo à disposição dos sujeitos.

Para que uma pesquisa tenha valor científico é necessário um conjunto de procedimentos adequados e sistematizados. A teoria se faz importante para a construção de caminhos pertinentes ao desenvolvimento da pesquisa, pois através desta é possível fazer novas discussões sobre a realidade. O método, por sua vez, permite que a ciência se diferencie dos outros saberes, possibilitando assim uma coerência entre problema de pesquisa caminho percorrido e os possíveis resultados.

Dessa forma, tendo como foco identificar como policiais federais aposentados se relacionam com o tempo livre, acreditou-se pertinente a realização de uma pesquisa qualitativa, por esta ser uma prática empregada para estudar comportamentos humanos e sociais, possibilitando entender o fenômeno numa “relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito” (Chizzotti, 2005, p.79).

Um ponto fundamental da pesquisa qualitativa a ser destacado é reconhecer a ausência de uma almejada neutralidade por parte do pesquisador, procedente do método das ciências exatas, já que é o próprio observador quem interpreta e atribui o significado ao processo de conhecimento (Triviños, 2001). Neste sentido, é imprescindível que o pesquisador oriente sua trajetória de pesquisa por princípios éticos e rigor científico. Ao versar sobre Estudo de Caso, o mesmo autor ensina ser este um estudo do tipo descritivo, que possibilita conhecer o fenômeno, até então delimitado, em profundidade. Quando se tem a intenção de estudar um ou mais sujeitos ou organizações (sem que se tenha, inicialmente a intenção de compará-los), o mesmo se refere aos estudos multicaseos.

Caracteriza-se assim esta pesquisa como um Estudo de Caso, uma vez que seu objetivo é aprofundar o conhecimento sobre os fenômenos que permeiam o processo da aposentadoria, tais como **Trajetória profissional, Identidade profissional e Tempo livre (antes e durante a aposentadoria)**, buscando compreender “como” e “por quê” esses fenômenos se revelam. Para tanto, utilizou-se a modalidade de múltiplos casos (três casos), uma vez que o interesse é observar e discorrer sobre fenômenos singulares e únicos em cada caso. Se porventura aparecerem similaridades, estas serão apresentadas num plano secundário. Krawulski (2004, p.48) diz que o destaque do estudo de caso “é sua

constituição em uma unidade dentro de um sistema mais amplo, incidindo o interesse do pesquisador naquilo que ele tem de único, de particular, mesmo que a *posteriori* surjam semelhanças com outros casos ou situações”.

3.1 Fase preliminar do campo

Após ter sido feita a escolha pelo tema deste estudo, buscou-se o reconhecimento do espaço e do grupo referente à temática escolhida, a escolha de seleção dos sujeitos, assim como as estratégias para inserção no campo. A escolha do tema se deu a partir da familiaridade da autora com o assunto, conforme relatado na apresentação inicial.

Como a proposta deste projeto estava relacionada aos aposentados, no mês de outubro de 2008 iniciou-se a fase preliminar, tendo como objetivo avaliar a viabilidade da investigação, assim como promover uma aproximação com o campo e coletar dados para posteriormente elaborar o instrumento de pesquisa, por meio da observação grupal. Esta fase foi efetivada através da participação da pesquisadora como uma das ministrantes do mini-curso “Aposentadoria: fim ou recomeço?⁸”, oferecido pela sétima edição da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão [SEPEX]⁹ da UFSC. O mini-curso contou com oito participantes, cuja caracterização encontra-se no Apêndice A.

A maioria dos participantes de então disse que esperava do mini-curso um auxílio para o momento de transição, ajudando a elaborar um projeto e a pensar no que fazer nas horas livres. Os não aposentados expressaram o desejo de se aposentar, para usufruírem mais liberdade de horário, poderem fazer outras coisas como viajar, passear, estar com a família. Já os aposentados evidenciaram dificuldades de usar o tempo livre, por não terem se preparado para sua nova realidade.

Foi realizada a técnica da agenda (Apêndice B), a qual apresenta como proposta a visualização do que representa o tempo dedicado ao trabalho e o tempo livre na rotina de cada um. Para quem não estava aposentado, mostrou-se que a aposentadoria traz consigo a perspectiva

⁸ O mini-curso Aposentadoria: Fim ou recomeço, ocorreu no dia 24 de outubro de 2008, no horário das 14:00 às 18:00 horas, no Serviço de Atendimento Psicológico [SAPSI] da UFSC, sendo ministrado por duas Psicólogas, uma delas a própria pesquisadora. O objetivo principal foi desenvolver atividades grupais com intuito de trabalhar os diversos problemas e questionamentos que a aposentadoria pode trazer, por meio de reflexões e planejamento para esta nova etapa de vida.

⁹ A SEPEX da UFSC ocorreu nos dias 22 a 25 de outubro, foi organizada a partir da Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão e contou com o apoio de todos os servidores da Universidade.

de um grande vazio na agenda, a ser preenchido por um novo projeto, enquanto que, para quem já estava aposentado, foi constatada a necessidade de abrir espaço nesta rotina para um novo projeto de vida, pois a rotina já estava preenchida por atividades cotidianas de pouco significado na vida do sujeito.

Esta atividade possibilitou aos participantes visualizar como utilizam o tempo de trabalho e o tempo livre. Algumas questões surgiram, entre elas, a dificuldade em usar o tempo livre. Entre as falas dos participantes pode-se destacar as seguintes: “*o que vai ser da minha vida quando me aposentar?*”; “*Não posso passar os dias fazendo o que faço no final de semana, dormindo e comendo*”. Uma pessoa disse que estava muito irritada durante a atividade, por perceber que seu tempo “*supostamente livre*” era usado por outras pessoas, não por ela. Um dos participantes falou: “*o tempo é seu, você faz o que quiser*”; o sujeito que estava aposentado há mais tempo disse que seu sonho era se aposentar e que o primeiro ano foi muito bom, porém hoje se encontra triste, deseja um trabalho para passar o tempo, mas sente grande dificuldade em se recolocar no mercado de trabalho. Seu tempo livre é utilizado para fazer atividades rotineiras da casa, mas isso não lhe traz alegria. E por fim, um sujeito que estava de licença-saúde declarou: “*me sinto um rádio mal sintonizado*”, “*a aposentadoria me parece muito triste*”.

Observou-se, na fase preliminar, a relevância em estudar o tempo livre na aposentadoria, pois foi um dos temas que mais instigou o grupo, sendo apontado, especialmente pelos aposentados, como uma das dificuldades vivenciadas. Além disso, os dados observados também contribuíram para delimitar o grupo a ser pesquisado, qual seja, dos já aposentados, pois os não aposentados ainda estão na expectativa, idealizando como será o tempo livre quando se aposentarem. Todos os participantes estavam cientes do estudo e assinaram um Termo de Consentimento Livre Esclarecido [TCLE] (Apêndice C), alguns inclusive voluntariando-se como futuros sujeitos de pesquisa.

3.2 Participantes

Definiu-se como critérios iniciais da amostra: a) policiais federais aposentados, por serem servidores públicos, com características peculiares como dedicação exclusiva, tempo integral e estabilidade; b) não manter vínculo empregatício com outra instituição, por entender que este seja um critério relevante, na medida em que o objetivo geral deste trabalho é compreender como os policiais aposentados se relacionam

com o tempo livre. c) cargo de Agente de Polícia Federal, por entender que este grupo possui uma forte identificação com a profissão.

Os participantes desta pesquisa, inicialmente, foram quatro Agentes da Polícia Federal aposentados, residentes em Florianópolis, do sexo masculino, com idades entre 50 e 55 anos. Entretanto, na entrevista recorrente, um dos participantes não se mostrou satisfeito com o conteúdo das transcrições, optando assim por desistir da sua permanência na pesquisa. De modo a resguardá-lo, a partir deste momento será descrito somente o processo dos três policiais restantes. No Quadro 1 pode ser verificada a caracterização do perfil dos três sujeitos que permaneceram neste estudo, no que diz respeito às variáveis idade, estado civil, naturalidade, tempo em que está aposentado, motivo da aposentadoria e formação. A fim de preservar o anonimato, deu-se nome fictício aos três entrevistados.

Quadro 1: Caracterização do perfil dos três policiais.

Nome	Idade	Estado civil	Naturalidade	Quanto tempo está aposentado	Motivo da aposentadoria	Formação
João	50 anos	Casado	São Paulo/SP	Um ano e meio	Completo tempo de serviço	Direito
José	53 anos	Casado	Rio Grande/RS	Quatro anos	Problemas de saúde	Ciências Contábeis
Pedro	55 anos	Divorciado	Florianópolis/SC	Oito anos	Completo tempo de serviço	Educação Física e Direito

A identificação dos participantes deu-se do seguinte modo: inicialmente buscou-se encontrar os participantes através do Departamento da Polícia Federal [DPF], via requerimento formal (Apêndice D), juntamente com uma cópia do pré-projeto, documentos estes protocolados no Núcleo de Recursos Humanos [NRH] da Superintendência Regional do DPF em Santa Catarina [SR/DPF/SC], para serem encaminhados ao Superintendente Regional. A instituição aceitou participar da pesquisa, sendo então elaborado um novo requerimento, (Apêndice E) solicitando o nome de profissionais aposentados com seus respectivos contatos. O NRH disponibilizou uma

lista contendo o nome, endereço e telefone dos policiais federais aposentados no estado de SC, de ambos os sexos, entre o ano de 2000 a março de 2009. No entanto, foram encontradas algumas dificuldades para a realização do estudo de campo (vários contatos telefônicos resultaram em negativas), pois os possíveis sujeitos pareceram inicialmente pouco à vontade, talvez por não conhecer a pesquisadora nem o projeto. Entretanto, como a mesma havia feito em maio a julho de 2009 um Programa de Preparação para Aposentadoria¹⁰, com policiais federais, via Sindicato dos Policiais Federais de Santa Catarina [SINPOFESC], o presidente desta entidade de classe intermediou o contato com os participantes, da seguinte forma: foi encaminhado via e-mail, através da secretária do SINPOFESC, uma carta de apresentação (Apêndice E) da entrevistadora e do respectivo projeto, convidando-os a participarem deste estudo. Caso houvesse interesse, deveriam deixar seus contatos com a secretária. Dos voluntários, quatro estavam no perfil pré-estabelecido. Depois de obtidos os telefones dos sujeitos, estes foram contatados para agendar a primeira entrevista e fazer suas escolhas por local e horário mais apropriados. Cabe ressaltar que em todas as etapas desta pesquisa tomou-se o cuidado de seguir os preceitos éticos e metodológicos que norteiam as normas para pesquisas que envolvem seres humanos, conforme Resolução nº 196/1996, do Conselho Nacional de Saúde [CNS] Assim sendo, submeteu-se o projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos [CEPSH] da UFSC, sendo aprovado conforme parecer nº 153/09, de maio de 2009 .

3.3 Procedimento para coleta de informações

Deu-se início à coleta de dados em maio de 2009, por meio da consulta documental. Após, no período de novembro a início de dezembro de 2009, fez-se a primeira entrevista semi-estruturada (Apêndice F) e por último, em meados de dezembro de 2009 a início de janeiro de 2010, a entrevista recorrente.

3.3.1 Consulta documental

Inicialmente fez-se uma consulta documental, cujo resultado encontra-se na contextualização. A escolha desta técnica se deu porque

¹⁰ Programa de Preparação para Aposentadoria: A arte de aposentar-se: realizado de maio a julho do ano de 2009, totalizando 30 horas. Implantado pelo SINPOFESC, em parceria com a SR/DPF/SC.

possibilita obter informações estáveis sobre a origem histórica da Instituição, assim como, sobre a especificidade do grupo. Entre os materiais consultados, destacam-se os documentos de publicações institucionais (circulação interna), o Livro de Comemoração dos 60 anos da Polícia Federal (Departamento de Polícia Federal, 2004), Leis e Instruções Normativas.

3.3.2 Entrevistas individuais

O trabalho de campo, além de permitir uma aproximação com o objeto em estudo, possibilita a produção de conhecimento a partir da realidade encontrada. [...] “o campo torna-se um palco de manifestações de intersubjetividades e interações entre pesquisador e grupo pesquisado, propiciando a criação de novos conhecimentos” (Neto, 1994, p.54). Como procedimento para coleta de dados optou-se, além da consulta documental, pela realização de duas entrevistas individuais, com cada um dos sujeitos investigados.

3.3.2.1 Entrevista semi-estruturada

A modalidade de entrevista foi a semi-estruturada, por ser esta uma técnica que permite obter informações em profundidade acerca do fenômeno estudado, pois no momento que o sujeito responde as perguntas é possível capturar também as expressões corporais, como gestos e tom de voz. Minayo (2004) ensina que a entrevista semi-estruturada é uma técnica de coleta de dados que combina perguntas abertas e fechadas com um roteiro contendo questões norteadoras previamente estabelecidas, o que possibilita aprofundar as mesmas a partir das falas dos pesquisados.

Optou-se por fazer a entrevista individual com três policiais, pois não se tem a intenção de incluir um grande número de sujeitos, mas sim de aprofundar o conhecimento sobre este grupo específico. Nas palavras de Krawulski (2004):

A abordagem qualitativa, usualmente, não privilegia critérios numéricos para definir uma amostra, uma vez que não se propõe à generalização e sim ao aprofundamento e a abrangência da compreensão do fenômeno em estudo (p.41).

No dia da entrevista, procurando manter o respeito, a cordialidade e a ética com os participantes desta pesquisa, deu-se início ao processo, explicitando os principais objetivos do estudo. Na seqüência apresentou-se o TCLE (Apêndice G), solicitando que os sujeitos acompanhassem a leitura do mesmo com a entrevistadora. Após o consentimento e assinatura dos entrevistados, elucidou-se como seria o processo, pedindo autorização para que houvesse gravação em áudio. A duração das entrevistas variou entre cinquenta minutos e uma hora e quinze minutos. No final, após o agradecimento, ficou acordado que seria agendado outro horário, conforme disponibilidade dos participantes, para apresentar a análise do material transcrito, pois caso houvesse alguma observação, seria possível fazer as devidas modificações, além de retomar algumas questões. Cabe destacar que a seqüência deste processo foi aplicada a todos os entrevistados.

3.3.2.2 Entrevista recorrente

Zanelli (1992) ensina que, na medida em que as entrevistas recorrentes são realizadas, é possível construir e modificar o conhecimento sobre as informações obtidas acerca do fenômeno em estudo, com o próprio entrevistado participando ativamente com o intuito de conferir a exatidão das leituras feitas pelo pesquisador com base em suas falas. Destaca-se que neste procedimento não existe um roteiro pré-definido, normalmente a pergunta é feita com base no material produzido a partir da fala do entrevistado (entrevista inicial). Nas palavras do autor:

As instruções foram seguidas pelas matrizes de relações na forma preliminar. A forma preliminar compunha as verbalizações e respectivas unidades de conteúdo, alocadas nas células de acordo com o entendimento que fora possível no exame da transcrição da primeira entrevista, em resposta a questão inicial. Após a leitura, solicitações foram esclarecidas, assegurando-se liberdade para manipulação das matrizes do modo desejado pelo participante (p.74).

A condução desta entrevista se deu com a apresentação e leitura do material até então construído a partir da primeira entrevista, com suas respectivas categorias (não se utilizou matrizes de relações, mas categorias), além de algumas verbalizações (evidentemente, cada um

teve contato apenas com seu próprio material). Relatou-se como havia ocorrido a produção deste material, que logo após foi narrado ao entrevistado, citando algumas de suas falas. Deixou-se claro ao sujeito que este poderia interromper sempre que achasse necessário, para acrescentar ou retirar algum dado. Nas palavras de Zanelli (2002):

É conveniente, no início, deixar que os entrevistados transitem livremente pelos temas e, depois, decidir o que deve ser mais explorado, sempre em busca das repostas desejadas. Assim, dá-se liberdade ao entrevistado até que se ganhe confiança e não percam elementos que podem ampliar a visão do pesquisador (p.84).

Ao término da narração, dois dos entrevistados mostraram-se bastante emocionados, ouvindo sua própria história a partir da fala da entrevistadora. Nessa fase do processo observou-se, de modo geral, que os sujeitos mostraram-se mais confiantes, compartilhando sentimentos, valores e experiências, até então não explicitados na primeira entrevista, possibilitando um maior aprofundamento sobre o fenômeno em estudo. Após, tendo como objetivo a construção da árvore genealógica referente ao trabalho e tempo livre dos pesquisados, os mesmos foram convidados a discorrer sobre suas famílias nas dimensões vertical (pais, avós e bisavós) e horizontal (irmãos, tios), dando ênfase particular sobre o tempo livre e a profissão de cada um dos familiares.

Para finalizar solicitou-se aos entrevistados que se manifestassem sobre a sua participação na pesquisa. A seguir algumas falas:

Senti-me bem, achei bacana, inicialmente foi assim: pensei, vou perder o meu tempo, mas no final foi agradável, a gente recordar, viver esta montagem que tu fez, foi bem legal, até foi gratificante no final, fico também contente de ter ajudado (Pedro).

Jamais pensei em falar tanta coisa da minha vida para um estranho, gostei de participar, espero que te ajude no teu trabalho (Josê).

Foi legal pensar nestas coisas, foram coisas em fases diferentes da minha vida. Inclusive resolvi procurar saber mais sobre meus familiares (João).

Observa-se que, mesmo havendo inicialmente por parte de alguns dos entrevistados certa reserva em participar, pode-se dizer, de modo geral, que consideraram a experiência válida, pois além de possibilitar recordar as diversas fases da vida, puderam auxiliar a pesquisadora em seu estudo.

3.4 Situação ambiente

Por opção dos três entrevistados, a realização das entrevistas ocorreu em uma sala de reuniões, cedida pelo SINPOFESC. O local dispunha de cadeiras e mesa, além de totais condições de privacidade, sem qualquer tipo de interrupções (interna ou externa). Destaca-se que o contrato de sigilo foi reforçado em cada uma das entrevistas.

3.5 Equipamento e material

Utilizou-se um gravador com microfone embutido, acionado a pilha, além de um bloco de anotações, para registros adicionais.

3.6 Procedimento para Análise de dados.

O procedimento de análise de dados utilizado foi a análise de conteúdo, pois possibilita obter dados quantitativos e qualitativos, permitindo a inferência dos fatos a partir da produção das informações advindas dos pesquisados. O modelo foi construído a partir do material coletado (Bardin, 1979). A análise de conteúdo possibilita ir além do *conteúdo manifesto*. A obtenção de dados é apenas o ponto de partida do processo que inclui, também, uma leitura nas entrelinhas do material implícito, o *conteúdo latente*. “Os resultados da análise de conteúdo devem refletir os objetivos da pesquisa e ter como apoio indícios manifestos e capturáveis no *conteúdo* da comunicação” (Franco, 1984, p.169).

Soares (1997) sustenta que, ao transcrever o discurso do entrevistado, o pesquisador, necessariamente, deve manter-se fiel à fala do sujeito, pois se sabe o quanto é complexo transformar a expressão oral em um texto escrito. Para isso é importante ouvir muitas vezes o discurso dos locutores, buscando reproduzir as sentenças na sua integridade com hesitações, repetições e silêncios.

A análise dos materiais coletados nesta pesquisa (entrevista) seguiu as seguintes etapas:

- 1- **Pré-Análise:** após organização do material coletado nas entrevistas iniciais foi feita a *leitura flutuante*, tendo como objetivo uma maior apropriação do fenômeno estudado. Após estas leituras emergiram algumas questões norteadoras (Bardin, 1979);

- 2- **Exploração do Material:** nesse segundo momento foi possível transformar os dados apresentados na primeira etapa, buscando alcançar o âmago da compreensão textual. Os dados foram classificados em unidades, possibilitando descrever as características relacionadas ao conteúdo (Bardin, 1979). As etapas foram:
 - Realização de novas leituras. Com o uso de canetas coloridas, sublinhou-se as palavras e expressões consideradas importantes, trazidas pelos entrevistados, denominadas unidades de registros, relacionadas aos objetivos desta pesquisa;
 - Como as informações foram expressas ao longo da fala dos entrevistados, fez-se necessário voltar várias vezes ao material transcrito, na procura de dados que permitissem compreender as questões norteadoras;
 - Após, foram identificados cinco temas centrais: *trajetória profissional e suas principais mudanças, identidade de policial, tempo livre antes da aposentadoria, aposentadoria, tempo livre após a aposentadoria*. A seguir, em folha de papel pardo elaborou-se um grande “mapa”, dividiu-se a folha, horizontalmente, em três partes, escrevendo o nome de cada um dos participantes. A parte vertical da folha foi dividida em cinco partes, de acordo com cada um dos temas. Nesse momento as falas foram organizadas com base nas categorias, as quais auxiliaram na elaboração das reflexões que mediaram a compreensão do fenômeno em estudo.

- 3- Organização:** A partir dos cinco temas centrais fez-se uma produção textual, reportando o que os entrevistados falaram, inclusive com transcrição de algumas falas. Apresentou-se este material aos entrevistados e, após a entrevista recorrente, organizou-se novamente o material, acrescentando algumas falas e construindo-se a sexta categoria: *Genealogia: trabalho e tempo livre*.
- 4- Tratamento dos resultados obtidos e interpretação:** por fim, nesta fase, foram destacadas as informações obtidas, fazendo articulação entre os dados pesquisados e os referenciais teóricos apresentados. A partir daí surgiram inferências e interpretações, possibilitando a ampliação dos conhecimentos existentes sobre o assunto.

Cabe destacar que o caminho até aqui traçado descreve os passos e precauções que foram tomados para atingir os objetivos e responder ao problema dessa investigação. Além disso, deve-se levar em consideração que um bom trabalho de campo requer do pesquisador o cuidado “teórico-metodológico com a temática a ser explorada” (Neto, 1994 p. 56).

4 - RESULTADOS DA PESQUISA: ANÁLISES E DISCUSSÕES

Neste capítulo serão apresentados os resultados desta investigação. Inicialmente far-se-á a caracterização da atividade de Policial Federal e suas principais peculiaridades. A seguir, com base nas entrevistas, a análise e discussão os três estudos de caso, por meio de temas centrais elaborados com base na análise de conteúdos.

4.1 Contextualização da profissão de Policial Federal

O trabalho é importante na construção da identidade profissional, que, por sua vez, demarca a forma pela qual o sujeito ocupa uma posição no meio social. Desse modo, refletir sobre os policiais federais requer um olhar sobre a esfera organizacional, bem como, sobre os princípios e valores institucionais aos quais estão submetidos.

Durante muito tempo discutiu-se, no âmbito interno do DPF, acerca da data exata de sua criação. Em 2004 seu Diretor-Geral constituiu um grupo de trabalho, formado por servidores da ativa e aposentados, para, por meio de um levantamento de dados históricos detalhado, pesquisarem a data com precisão. Como resultado o Conselho Superior de Polícia determinou a data oficial de criação como sendo o dia 28 de março de 1944, com o Decreto-Lei nº 6378 (DPF, 2004).

O referido Decreto transformou a Polícia Civil do Distrito Federal (na época, localizado na cidade do Rio de Janeiro) em Departamento Federal de Segurança Pública [DFSP], sob ordens diretas do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. O DFSP era responsável pelos serviços de polícia e segurança pública do Distrito Federal. Em nível nacional, respondia pela polícia marítima, aérea e de fronteiras; combate ao comércio clandestino de entorpecentes; e crimes contra a fé pública, quando interessavam à Fazenda Nacional (DPF, 2004).

Com a mudança da capital federal, o DFSP foi transferido para Brasília, em 1960. A maioria do pessoal optou por ficar no Rio de Janeiro, onde passou a integrar os quadros do Departamento Estadual de Segurança Pública do Estado da Guanabara. Assim sendo, o DFSP precisou passar por uma reestruturação e aproveitou o pessoal da Guarda Especial de Brasília [GEB] para compor seu efetivo. Finalmente o artigo 210 do Decreto-Lei nº 200, de 28/02/67, estabeleceu que “o atual

Departamento Federal de Segurança Pública passa a denominar-se Departamento de Polícia Federal”.

Atualmente alguns estudos apontam a Polícia Federal como uma das instituições de maior credibilidade junto à opinião pública nacional. Num ambiente de crescente insegurança e descrença institucional, a aura de seriedade, eficiência e intransigência na defesa dos interesses republicanos que pauta seu modo de atuar têm levado a organização a uma enorme exposição na mídia. No entanto, segundo Ely (2007), apesar dessa grande visibilidade, pouco se sabe, mesmo nos meios acadêmicos, a respeito do órgão e de seus trabalhadores.

O DPF, instituído por lei como órgão específico e singular, organizado e mantido pela União, estruturado em carreira, diretamente subordinado ao Ministro da Justiça, com autonomia administrativa e financeira, tem como atividade-fim executar as atribuições dispostas § 1º do art. 144 da Constituição Federal e na legislação complementar:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho de bens e valores, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União;

V - coibir a turbacão e o esbulho possessório dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Pública Federal, sem prejuízo da manutenção da ordem pública pelas Polícias Militares dos Estados; e

VI - acompanhar e instaurar inquéritos relacionados aos conflitos agrários ou fundiários e os deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal, bem como prevenir e reprimir esses crimes.

O DPF está estruturado em Unidades Centrais (situadas em Brasília/DF), responsáveis por atividades de normalização, planejamento, coordenação, execução, controle e avaliação, e Unidades Descentralizadas (Superintendências Regionais, Delegacias de Polícia Federal, postos avançados e temporários, bases fluviais, terrestres e um centro de treinamento, situadas nas unidades da federação), responsáveis pela execução das atividades-fim do Departamento. Conta com aproximadamente 14.000 servidores civis, regidos pela Lei nº 8112/90 (Regime Jurídico da União) e divididos em duas carreiras: policial federal (responsável pela atividade-fim) e administrativa (servidores do Plano Especial de Cargos, responsável pelo apoio à atividade policial) (DPF, 2004).

A Carreira policial, objeto deste estudo, está dividida em cinco cargos: Agente de Polícia Federal (APF), Delegado de Polícia Federal (DPF), Escrivão de Polícia Federal (EPF), Papiloscopista policial federal (PPF) e Perito Criminal Federal (PCF). O ingresso se dá por concurso público em duas fases, com a realização de Curso de Formação Profissional (eliminatório) na Academia Nacional de Polícia (Brasília/DF), na segunda fase, para os aprovados na primeira fase (ELY, 2007). O regimento interno do DPF encontra-se no Apêndice I.

A progressão funcional, conforme legislação específica atualmente em vigor, dá-se dentro de cada cargo, com ingresso na terceira classe, passando por segunda, primeira e culminando na classe especial. Além de um interstício de cinco anos, o servidor deve alcançar pontuação mínima em avaliações periódicas de desempenho e não sofrer nenhuma punição administrativa para progredir na carreira. Para alcançar a classe especial, também é necessária aprovação nos Cursos Especial (Agentes, Escrivães e Papiloscopistas) ou Superior (Peritos e Delegados) de Polícia (ELY, 2007).

A jornada de trabalho dos policiais federais é de 40 horas semanais ou em regime de Plantão de 24 horas trabalhadas por 72 horas descansadas, com dedicação exclusiva e tempo integral. Isto significa que os servidores não podem exercer outra atividade remunerada (com exceção dos casos previstos na legislação) e que podem ser convocados a qualquer momento (DPF, 2004).

Ser policial federal exige obediência um conjunto de princípios e valores ético-morais, explicitados no juramento, assumidos em declaração solene perante a sociedade, no momento da posse: “Juro, pela minha honra, que envidarei todos os meus esforços no cumprimento dos deveres do policial federal, exercendo minha função

com probidade e denodo, se necessário, com sacrifício da própria vida” (DPF, 2004).

Além disso, o artigo 301 do Código de Processo Penal reza que “Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito”. A consequência prática desse dispositivo legal é que o policial deve exercer sua função vinte e quatro horas por dia, podendo responder criminalmente em caso de omissão, mesmo fora do horário de expediente. Percebe-se assim que ser policial federal é construir uma identidade profissional diretamente vinculada à maneira de ser e estar no mundo.

No processo de aprendizagem de uma profissão, a pessoa aprende tanto os conhecimentos e habilidades requeridos para o seu exercício como indícios sobre o modo de vivê-la. Assim, pode-se considerar que a profissão representa muito mais do que um conjunto de aptidões e funções, constituindo também uma forma de vida a ser assumida, uma vez que a relação entre trabalhador e sua profissão é caracterizada pelo envolvimento, pelo sentimento de identidade e de adesão aos seus objetivos e valores (Krawulski, 2004, p.33).

Para a profissão em estudo, a carteira funcional e a arma de fogo, mais do que ferramentas de uso diário, são objetos que simbolizam a identidade do ser policial. Aos policiais federais da ativa são ainda facultadas prerrogativas diferenciadas, tais como a propriedade e o porte diuturno de armamento de calibres restritos, inclusive em aeronaves. Com a aposentadoria, esse *status quo* sofre alterações, conforme disciplinado por normas internas do DPF.

A esse respeito, a Instrução Normativa nº 011/94 – DPF, de 10/10/1994, dispõe os casos em que a carteira funcional do servidor policial é recolhida. Entre outras situações marcantes (falecimento, demissão, exoneração) que podem originar esse evento, a aposentadoria obriga à substituição do documento por outro modelo, exclusivo de inativos. Da mesma forma, a Instrução Normativa nº 005/DG, de 27/05/1988, lista os casos de recolhimento das armas do acervo do DPF concedidas aos servidores. Novamente a aposentadoria está entre eventos contundentes que obrigam o policial a devolver a arma, quase sempre de calibre de uso restrito, à Instituição.

Observa-se assim que objetos emblemáticos da atividade são substituídos ao se aposentar. Em vez da carteira de identidade funcional “Modelo A”, usada pelos servidores ativos, os aposentados, considerados inativos, passam a utilizar a carteira “Modelo B”; no lugar do fuzil, um simples revólver calibre 38. Acabam as operações com uso de uniformes e viaturas ostensivas; não se tem mais acesso a ferramentas e equipamentos de última geração, usados durante o período de trabalho (DPF, 2004).

Considerando as especificidades das atividades desenvolvidas por estes profissionais, percebe-se uma exigência constante de comportamentos e atitudes que vão além do âmbito organizacional, refletindo diretamente nas outras identidades, sejam elas de cidadão, pai, filho ou amigo, situação esta que se relaciona com o impacto que o processo de aposentadoria tem sobre o sujeito.

4.2 Estudos de caso: reflexões e discussões

A apresentação dos resultados de cada um dos três estudos de caso foi organizada em temas centrais, cinco deles definidos inicialmente: **Trajetória profissional e suas principais mudanças; Identidade de policial; Tempo livre antes da aposentadoria; Aposentadoria; Tempo livre após a aposentadoria.** O sexto tema (conforme mencionado no método), **Genealogia: trabalho e tempo livre**, foi elaborado posteriormente, durante o procedimento de tratamento de informações coletadas nas entrevistas. De modo a contextualizar o leitor, inicialmente, far-se-á uma breve descrição de cada um deles. Posteriormente, serão apresentados os três sujeitos da pesquisa, utilizando-se para isto os seguintes critérios: nomes (fictícios), idade, formação, naturalidade, cidade onde reside, estado civil, quantos filhos tem e com quem reside. A seguir, os relatos dos mesmos, tendo para isto, se optado por fazer a análise das falas relacionando-as, quando possível, à teoria pertinente. A escolha por apresentar os resultados dessa maneira se deu tendo em vista o objetivo de abarcar a singularidade de cada um dos participantes, para então, no **Capítulo 6**, fazer as considerações finais buscando compreender o fenômeno numa visão grupal. A seguir, a descrição do que se considerou relevante em cada uma das categorias temáticas.

Entende-se por trajetória profissional todo o processo de construção da vida profissional de um sujeito e este se dá numa dimensão temporal (passado/presente/futuro). Sendo assim, **Trajetória**

profissional e suas principais mudanças traz a descrição das atividades profissionais desenvolvidas pelos entrevistados ao longo da vida, até o momento da aposentadoria. Alguns temas emergentes: primeiro emprego, ingresso na Polícia Federal, trajetória dentro da polícia, formação acadêmica, realizações e/ou frustrações profissionais.

Sabe-se que o trabalho é o principal instrumento para construção da identidade profissional, e é através das relações vivenciadas nele, e com ele, que o sujeito se identificará ou não. No tema **Identidade de policial** tem-se como objetivo descrever o processo de construção da identidade profissional dos entrevistados, as repercussões desta na família e no social, assim como as possíveis transformações vivenciadas com o advento da aposentadoria.

No tema **Tempo livre antes da aposentadoria** aborda-se as atividades mais significativas vivenciadas pelos sujeitos fora do âmbito profissional, enquanto o sujeito estava na ativa. Neste caso, serão analisadas as ações cotidianas empreendidas pelos entrevistados nas horas livres, tais como lazer, viagens, relações familiares e sociais, entre outras.

A aposentadoria é o momento de deixar a identidade de trabalhador e assumir a de aposentado, transição esta que provavelmente resultará numa alteração significativa nos diversos campos de vida do sujeito. No tema **Aposentadoria** será apresentado como foi vivido esse processo pelos sujeitos desta pesquisa, desde o motivo, perpassando pelas possíveis alterações familiares, sociais, emocionais, até o presente momento.

Além das mudanças acima mencionadas, sabe-se que ao se aposentar a pessoa disponibilizará de um tempo maior de suposta liberdade para dispor da maneira que quiser, tempo este até então preenchido pelo trabalho. Como é usada esta liberdade? Que outras atividades são praticadas no cotidiano? Quais as rotinas diárias dos aposentados? No tema **Tempo livre após a aposentadoria** buscar-se-á responder a estes questionamentos tendo como base o discurso dos entrevistados.

No tema **Genealogia: trabalho e tempo livre**, apresenta-se os familiares dos entrevistados (nomes fictícios) com suas respectivas profissões, bem como, o uso do tempo livre para cada um deles, pois se entende que o modo como as pessoas vivenciam suas experiências de vida, de alguma forma, pode ter sido influenciado por seus antepassados.

A seguir os estudos dos casos referentes a cada um dos participantes serão apresentados.

4.2.1 História de João

Cinquenta anos de idade, graduado em Direito, aposentado há um ano e meio, natural de São Paulo/SP, reside atualmente em Florianópolis/SC, com a esposa (não aposentada), e com dois filhos (três e quatro anos e meio).

Trajatória profissional e suas principais mudanças: João passou parte da sua infância e adolescência na periferia de São Paulo-SP. Diz: *“vim de uma família muito pobre”*. Os pais, apesar de terem pouco estudo, o incentivaram desde criança a investir sério na educação, apoio que se mostrou fundamental para a sua realização profissional. Além disso, comenta: *“eles sempre foram muito cuidadosos comigo, bastante calmos e amorosos, nunca me bateram”*. Na adolescência queria ser Oficial da Marinha, prestou concurso para o Colégio Naval, tendo sido reprovado. Iniciou a faculdade de Educação Física em São Paulo/SP. No último ano de faculdade, fez o concurso para a Polícia Federal, passou e fez quatro meses de Academia de Polícia em período integral, em consequência, trancou a matrícula na faculdade. Após ter tomado posse na Superintendência Regional do DPF em São Paulo, no ano de 1986, tentou continuar a faculdade, porém o trabalho no setor de entorpecentes exigia uma carga horária que impossibilitava tal retorno.

Evidencia-se aqui a importância do suporte afetivo e do estímulo dado pelos pais no processo de suas escolhas profissionais. Ao mesmo tempo em que foi estimulado por eles a estudar, teve liberdade para tomar decisões importantes na sua vida profissional, entre as quais destaca-se a desistência do curso de Educação Física, mesmo prestes a concluí-lo, em prol da profissão de policial federal. Parece-nos que estas decisões ocorreram sem grandes ansiedades, ou seja, com liberdade de escolha, sem pressão familiar. A este respeito Soares (2002) nos diz que quanto menos conflito existir no momento da escolha, maior autonomia a pessoa dispõe, entretanto sempre sofrerá influência da família em maior ou menor grau. Para a mesma autora: *“a família é a célula social responsável pela transmissão da ideologia dominante, dos valores morais, dos pensamentos e da cultura”* (p.53).

Iniciou o trabalho na Polícia Federal no setor de Plantão, mantendo-se no mesmo por seis meses. Por mais de treze anos trabalhou no setor de entorpecentes. A rotina deste trabalho consistia em primeiramente fazer a investigação, após descobrir os alvos, na seqüência, vigiá-los e por fim a apreensão das drogas e dos bandidos.

Este trabalho foi considerado por ele “*muito satisfatório, apesar de ser muito perigoso*”. Concomitante ao início da sua carreira de policial graduou-se em Direito, com o objetivo de efetuar o concurso para Delegado Federal. Porém no ano de 1993 prestou tal concurso que posteriormente foi anulado, ocasionando assim a perda do interesse em tornar-se Delegado Federal. Ficou alguns anos no setor de crimes financeiros, até que faltando um ano para se aposentar, veio para SR/DPF/SC, onde trabalhou um ano no setor de segurança de autoridades, setor de crimes políticos, considerado por ele um “*trabalho mais tranquilo*”. Quando questionado sobre o significado do trabalho, diz:

Uma conquista de alguma realização, um sonho. Uma profissão que almejei e depois consegui. Capacidade de ganhar dinheiro, de viver melhor, de fazer alguma coisa boa para a sociedade também. Relação com outras pessoas. Aprender também. No trabalho você aprende bastante, com tudo, com as pessoas, com os objetos, com tudo.

No que concerne a sua trajetória como policial, percebeu-se que apesar de João ter cursado Direito na intenção de galgar o cargo de Delegado Federal, e não ter sido aprovado, sentiu-se bastante realizado profissionalmente, trabalhando a maior parte de sua vida na Delegacia de Repressão a Entorpecentes [DRE], vindo a mudar somente nos últimos anos, próximo da aposentadoria. Além da estabilidade inerente à condição de servidor público, percebe-se que o João vivenciou a estabilidade também no que diz respeito à função desempenhada. Neste caso, contrariando uma tendência nas relações de trabalho dos tempos atuais, observada por Antunes (2005), que é a transitoriedade e a precariedade.

Atualmente não está desenvolvendo nenhum trabalho remunerado, embora tenha projetos para trabalhar no ramo de investigações, ou até mesmo na área de representação, tendo como ideal de trabalho uma rotina mais flexível. Acredita que ainda é novo, tem capacidade e potencial para produzir outras coisas. Mesmo tendo realizado uma faculdade de Direito, neste momento, não pretende trabalhar nesta área. A vontade de retornar ao mercado de trabalho tem a ver mais com satisfação pessoal do que com o aumento da renda familiar.

Identidade de policial: A escolha por ser policial federal se deu pela estabilidade oferecida pelo serviço público e pela possibilidade de desenvolver um trabalho mais operacional. Na infância tinha receio da polícia. Quando iniciou sua carreira de policial, porém, se identificou “*totalmente*” com a atividade, pois considerava o trabalho no setor de entorpecentes como tipicamente policial, ou seja, mais investigativo, chegando até a finalização, que é a prisão. João verbalizou uma grande satisfação pelo seu trabalho, e reconhece a aposentadoria como um momento de transição, “*mudança de ciclos*”, no qual mudou muitas coisas importantes de sua vida, inclusive a forma de pensar. Em suas palavras:

Já nem penso mais como policial, pois tecnicamente falando você não tem mais poder de polícia. Na aposentadoria perdemos o poder porque o princípio de polícia é o de prender, investigar, usar os meios de informação que a polícia oferece. Aposentar é deixar isso tudo.

Embora, inicialmente, a escolha de João pela profissão de policial tenha acontecido pela estabilidade, a importância de desenvolver um trabalho mais operacional, situação vivenciada desde o início da carreira, foi um dos aspectos fundamentais para o início da sua identificação com a profissão. Sabe-se que é parte do processo de construção da identidade profissional o sujeito reconhecer-se com suas características singulares, assim como, de modo dialético, ser reconhecido pelo meio. Neste sentido, pode-se perceber que o entrevistado estabeleceu uma identidade profissional, considerada por ele satisfatória. Ao longo de sua carreira reconheceu-se como policial federal, exercendo atividade operacional caracterizada, entre outras coisas, pelo uso do poder, pela “*ação e aventura*”.

Observou-se assim que a aposentadoria representou mudanças significativas, principalmente no que diz respeito aos aspectos psicológicos e sociais do entrevistado, muitas delas acompanhadas por perdas: do papel profissional, do poder de polícia, do acesso aos instrumentos de trabalho (como armas, viaturas ostensivas e informações restritas), entre outras. Por outro lado, o fato do entrevistado reconhecer a aposentadoria como uma fase de mudança na qual conseguiu se desprender da identidade profissional, nos leva a inferir que esteja vivenciando esta mudança sem muita ansiedade. A este respeito, Santos (1990) nos diz que a aposentadoria é o rompimento com

os diversos vínculos profissionais estabelecidos pelas pessoas durante os vários anos de trabalho. Logo, são necessários novos arranjos que promovam a reorganização da identidade pessoal, sendo estes mais ou menos difíceis dependendo do valor dado ao trabalho na sua vida. No caso em estudo, além do fator apontado pela autora supracitada, acredita-se que a aparente tranquilidade vivenciada pelo participante talvez possa ser creditada também ao seu perfil psicológico, pois já havia enfrentado mudanças significativas, com serenidade, no início de sua trajetória profissional.

Tempo livre antes da aposentadoria: Em São Paulo, nos finais de semana, costumava freqüentar a praia, praticar surf, sair à noite. Mantinha um círculo de amigos fora do meio policial. Também priorizava atividades físicas, além de estudar inglês. Comenta: *“sempre arrumava tempo para fazer alguma outra atividade além do trabalho”*.

Pode-se identificar os pressupostos teóricos de centralidade do trabalho propostos por Antunes (2005), pois o entrevistado dedicou-se significativamente ao trabalho de policial, com repercussão direta na construção de sua identidade. No entanto, retomando as categorias de tempo propostas por Ramos (1989), apresentadas no início do estudo, pode-se dizer que, apesar do entrevistado ter vivido o tempo considerado “serial, linear ou seqüencial”, de forma intensa (sendo este mais valorizado por ele, bem como pelo cenário econômico), o mesmo oportunizou-se estabelecer outras fontes de satisfação, que não somente o trabalho, tendo experimentado, no mínimo, outra dimensão do tempo, reconhecida pelo autor como “tempo convivial”.

Destaca-se, entretanto, outro aspecto mencionado pelo entrevistado que diz respeito a sua transferência de São Paulo para Florianópolis, um ano antes de se aposentar, que ocasionou algumas alterações no uso do tempo livre, uma vez que o círculo de amizade externo à polícia havia ficado em São Paulo, restringindo, de certa forma o tempo livre a atividades mais voltadas à família e a estudos. Comenta [...] *“eu trabalhei aqui um ano só. E um ano é muito pouco tempo, mesmo dentro do trabalho, pra você criar um vínculo de amizade. Hoje faço mais programas com a família, além de cursos de inglês e informática”*.

Vivenciar outras dimensões do tempo, durante a vida profissional, pode dar suporte às pessoas no momento de transição trabalho/aposentadoria. Conforme ensina França (2008) quem, ao longo da carreira, consegue vivenciar de modo significativo outras

experiências, além daquelas proporcionadas pelas relações de trabalho, percebe a aposentadoria como uma possibilidade de ampliar estas outras vivências, ao invés de ser um portal totalmente novo. Seguindo essa linha de raciocínio, o tempo livre seria considerado um dos benefícios da aposentadoria, e não um dos principais inconvenientes. No entanto, ainda segunda a autora, certos hábitos podem estar tão arraigados que os indivíduos podem apresentar dificuldades para encontrar novas atividades interessantes. Nessa linha também argumenta Santos (1990, p.12): “O tempo livre de que dispõe o sujeito, no momento da aposentadoria, pode servir a sua expansão individual, isto é, ao seu enriquecimento pessoal, ou, ao contrário, ser apenas um tempo vazio”.

A experiência na aposentadoria: Nos últimos três anos de trabalho, João percebeu que o Departamento de Polícia Federal estava passando por uma fase de transição, jovens “concurseiros” chegando, policiais antigos saindo, mudanças estas que repercutiram na alteração de algumas diretrizes. Isso causou uma insatisfação profissional em muitos colegas de sua época. Comenta: “*O pessoal da minha turma começou a ficar desgostoso, aí a gente começou a falar, acho que está chegando a nossa hora... (risos). Isso pesou bastante na decisão minha e na de meus colegas por se aposentar.*”

Segundo o entrevistado, estaria havendo aqui uma situação de mudança real na composição do quadro de servidores, que contribuiu para sua decisão de afastar-se. Os antigos profissionais, grupo do qual o entrevistado fazia parte, entraram no DPF quando a escolaridade exigida para o cargo era ensino médio, o que em tese tornava o concurso público mais acessível. Além disso, a remuneração e o *status* perante a sociedade eram consideravelmente inferiores aos da atualidade. Em outras palavras, talvez houvesse mais servidores com vocação para a atividade policial ingressando naqueles tempos. Atualmente estaria ocorrendo uma mudança de perfil, com um concurso extremamente exigente, boa remuneração e elevado prestígio da função servindo como fatores de atração para intelectuais que nunca antes haviam considerado a possibilidade de ingressar na carreira policial.

Outra abordagem possível (e provavelmente complementar à anterior) para explicar esse fenômeno seria uma tentativa do entrevistado, até certo ponto não consciente, de desqualificar o ambiente de trabalho, facilitando desse modo o desligamento, dentro de um processo de luto. Conforme inicialmente discutido no Marco Teórico, este seria o segundo estágio do luto: a raiva. “Que faríamos de nossa

raiva, senão extravasá-las naqueles que provavelmente desfrutarão de tudo isto?” (Kuller-Ross, 2002, p.56). Ainda a este respeito, Santos (1990) considera a aposentadoria como um momento de mudança real na vida do sujeito, com perdas acompanhadas de luto, que poderá ser um processo de adaptação frente à nova realidade. O modo como o sujeito viverá essa nova fase depende de fatores sociais, psicológicos, familiares, e principalmente do valor dado ao seu papel profissional e de sua capacidade de adaptação a mudanças.

Como dito anteriormente, por motivos familiares, um ano antes de se aposentar solicitou transferência para a SR/DPF/SC, tendo sentido dificuldades de aprofundar vínculos com os colegas desta Superintendência. Não se sabe se foi uma dificuldade dele ou se o próprio grupo era mais reservado. Também salientou que, ao ser transferido, houve um “*desligamento*” do trabalho típico de policial (após treze anos de atuação na DRE, considerada mais operacional, passou a trabalhar no setor de crimes financeiros) e dos colegas com os quais conviveu parte de sua vida profissional, ou seja, a mudança provocou uma quebra de vínculo tanto em função do trabalho, quanto no relacionamento com os colegas. Assim sendo, compreende que as mudanças que ocorreram no último ano de trabalho, de certa forma, foram uma antecipação para a aposentadoria. Considera seu processo de aposentadoria é bem atípico, por ter se aposentado em uma cidade na qual não conhece ninguém (nem os colegas de trabalho), ou seja, o rompimento dos vínculos de amizades relacionados ao trabalho se deu antes de aposentar-se. “*Na verdade o que mais pesa são os amigos e a rotina que você tem com a cidade em que nasceu, as coisas que a cidade oferece*”. O entrevistado prossegue:

Minha vida toda profissional foi em São Paulo, então isso foi meio que um choque também. Porque você tem aqueles amigos do trabalho, que depois você se aposenta, aí de vez em quando você vai ali, almoça com o pessoal e tal, e aqui pra mim foi muito diferente, porque o pessoal tá todo em São Paulo.

Na verdade, mesmo os meus hobbies, que eu tinha lá em São Paulo, de surfar, sair à noite com os amigos, aqui eu até deixei, exatamente por falta desse negócio de parceria. Tem isso também, mas acho que outro fator também já é a idade.

Conforme anteriormente relatado, a mudança, próximo ao período da aposentadoria, de certo modo ocasionou uma vivência antecipada do processo, pois houve um rompimento expressivo nas relações profissionais, tanto no que se refere ao contato com os colegas de trabalho, quanto ao próprio trabalho em si, porém, sem desligar-se totalmente da instituição. Nesse contexto, verificam-se duas situações antagônicas, mas não excludentes: a primeira, de certa forma, pode-se considerar uma mudança benéfica, no sentido de ir se desvinculando gradativamente do meio profissional e de suas representações, como ressaltado por ele mesmo, “*um processo inicial de preparação para aposentadoria*”. A segunda, possivelmente desfavorável, pois houve rompimento também nas relações externas ao trabalho, ou seja, as outras fontes de satisfação, ora desenvolvidas até então, foram interrompidas abruptamente, principalmente pela questão da distância física, restringindo às relações ao convívio com a família (esposa e filhos).

A este respeito, Santos (1990, p.29) afirma que, se ao longo da vida profissional, as pessoas construíram outras fontes de “reconhecimento e de valorização”, as mudanças provocadas pelo advento da aposentadoria serão vividas de modo menos traumático, pois o sujeito terá disponíveis outros meios para redefinir sua identidade. Além disso, França (2008), em sua pesquisa com executivos brasileiros e neozelandeses, constatou, especialmente para o primeiro grupo, uma transição mais positiva para a aposentadoria entre profissionais que, ao longo da carreira, ocuparam o tempo de forma diversificada.

Outro fato observado nesse processo está relacionado à diminuição de algumas atividades devido ao avanço da idade. Diz: “*É, outro ritmo. E acho que tem a ver com a idade também. Tô com cinquenta anos. Já fiz várias coisas. Então, fica um pouco mais acomodado.*” Disso resulta um olhar que vai além da questão individual, ou seja, é um fenômeno também social, pois apesar do aumento da expectativa de vida nas últimas décadas, muitos dos que se aposentam, assim como grande parte da sociedade, ainda relacionam aposentadoria com velhice. Ora, mas o que é velho afinal? Schwarz (2009) observa que grande parte dos estudiosos desta área menciona a importância de revisar e superar os preconceitos relacionados à velhice, especialmente os depreciativos. “Os valores da juventude - beleza física, produtividade, agilidade - influenciam a caracterização da velhice como um período de perdas e limitações (p.32)”

Cabem nesse momento alguns questionamentos acerca do comentário do entrevistado: Será que ter cinquenta anos justifica deixar de praticar algumas atividades consideradas por ele prazerosas? E mais,

se não tivesse se afastado dos amigos, devido à transferência, ou até mesmo, se ainda estivesse na ativa, estaria considerando-se “velho” para tais atividades?

Em outras palavras, parece surgir aqui uma situação de ambivalência (ora se acredita velho, ora novo), que fica mais evidente quando se sabe que o sujeito ficou muito satisfeito nos primeiros meses, sem compromisso com horários, sem chefe, porém após o primeiro ano começou a sentir necessidade de uma nova inserção profissional. Em suas palavras:

Eu tenho vergonha de dizer que sou aposentado com cinqüenta anos de idade, eu me acho muito novo pra ficar parado, sem fazer nada. Não tem como. Não é que me incomoda. E que eu tenho capacidade pra fazer. E também, quando você tá dentro do Serviço Público, do serviço que nem o nosso, você faz aquilo e tal [...] fica pensando – “esse universo aqui é muito pequeno, lá fora a gente pode fazer mais coisa.”

Apesar de referir-se à decisão de se aposentar como tranqüila, sem nenhum tipo de pressão, nota-se na fala seguinte uma certa inquietação com o atual estado de coisas:

Os primeiros dias de aposentado foram maravilhosos, sem arrependimento algum, não senti falta de nada, férias total, quantificando eu diria os três primeiros meses. Aí quando completa um ano a gente começa, quer dizer eu começo com idéias de fazer uma nova colocação profissional. O problema não é nem a rotina. O problema é produzir alguma coisa, eu acho.

Conforme discutido no Capítulo 3 deste estudo, o processo de transição dos papéis de profissional para o de aposentado pode envolver seis fases distintas (Atchley, 1999 em Magalhães *et al* 2004). No caso do entrevistado, costatou-se até o presente momento a vivência das quatro primeiras fases: pré-aposentadoria, lua-de-mel, desencantamento e re-orientação.

Tempo livre na aposentadoria: Durante o período em que está aposentado já fez curso de informática básica e operação de

computadores. Hoje o tempo livre disponível é usado para praticar atividades físicas, aulas de inglês (duas vezes por semana) e ajudar nas tarefas com os filhos, entre elas, levar e buscar na escola. Diz ter um tempo *“bem estruturado nos horários”*. Sua definição de **Tempo livre na aposentadoria**: *“Tempo livre pra mim? Ah, tempo livre seria [...] sei lá, acordar domingo mais tarde, ficar na cama e tomar café fora numa padaria, fazer uma viagem, ficar de boqueira vendo televisão. Lazer e divertimento”*.

Observou-se no momento atual que o entrevistado administra o seu tempo livre numa rotina organizada nos horários, desenvolvendo atividades mais voltadas ao âmbito familiar, além das práticas esportivas e educação informal.

A este respeito, Badaró (2005) afirma que as práticas de descanso, divertimento e inspiração constituem o tempo pessoal sentido como livre. Estas atividades tornam-se assim compensatórias, pois servem para o sujeito firmar-se como ser individual e social. O tempo livre aparece como oportunidade para transformação do homem, uma vez que a transformação das coisas é intrínseca ao tempo dedicado ao trabalho. No tempo livre o condicionamento é ínfimo, pois o próprio sujeito é quem escolhe o que fazer, quando e de que modo. É o espaço em que a pessoa opera a partir de suas necessidades, é a possibilidade de fazer o que deseja.

Genealogia: trabalho e tempo livre: João, filho único de Mário, que possuía ensino fundamental, almoxarife aposentado. Quando jovem jogava futebol, tendo inclusive montado um time em Presidente Prudente-SP. Posteriormente deixou o futebol, e o seu **tempo livre** passou a ser mais voltado para a família, além de algumas viagens esporádicas. A mãe, Rosane, trabalhou durante a juventude como tecelã, após constituir sua família, tornou-se do lar. Seu **tempo livre** era totalmente dedicado a convivência com a família (João e seu pai). Nos últimos anos de sua vida começou a praticar atividades físicas no bairro. O casal, já falecido, era natural do nordeste, onde João nasceu, entretanto mudou-se para o Estado de São Paulo ainda criança. Mário, o pai, era o mais novo de uma família de 12 irmãos, tendo João conhecido apenas quatro destes tios. Rosane, a mãe, tinha apenas uma irmã mais velha. João considera a *“honestidade”* a característica mais marcante dos pais. Os avós paternos trabalhavam na agricultura, sendo o **tempo livre** dedicado à família. Quanto aos avós maternos, não sabe informar. Sobre

os tios paternos, tem vínculo mais significativo com dois deles, tendo inclusive, ainda hoje, contato com um (mora em Santos).

Trata-se de uma família tipicamente nuclear, formada pelo casal e o filho. Observou-se, de modo geral, que o **tempo livre** dos familiares de João (pais, avós e tios) era mais dedicado à família. Isso nos leva a inferir que, de certa forma, o entrevistado mantém o padrão de repetição das duas gerações, pois atualmente seu tempo livre é mais usado também com a família. Por outro lado, parece estar ampliando um pouco este padrão, ao diversificar a ocupação de seu tempo livre (por exemplo, com atividades físicas e cursos complementares), além da aquisição do curso superior, que neste caso, pode-se dizer que houve um avanço na educação formal em relação à família.

4.2.2 História de José

José, cinquenta e três anos de idade, graduado em Ciências Contábeis, aposentado há quatro anos, natural de Rio Grande/RS, reside atualmente em Florianópolis/SC com a esposa (do lar) e com filho (vinte e dois anos).

Trajetória profissional e suas principais mudanças: O primeiro trabalho foi com oito anos de idade “*carregando sacolas na feira para as mulheres*”. Com nove anos, ele e o irmão mais velho vendiam camarão na cidade. Aos dez anos, ganharam do pai uma rede de pesca e começaram a pescar o camarão que vendiam. No ano seguinte ganharam do pai uma rede nova e um barco. No inverno veio uma tempestade e destruiu o barco, levando embora a rede. Trabalhou com pesca até os dezesseis anos. Posteriormente trabalhava com o pai como servente de obra durante o dia e estudava à noite. Comenta: “*eu fazia estes trabalhos, mas eu sabia **sempre** que não era o que eu queria para mim, por isso estudava muito*”.

Pode-se perceber que José iniciou sua vida profissional ainda criança. Apesar de ter experimentado algumas dificuldades, sempre contou com o incentivo do pai. Mesmo resignado com os trabalhos que fazia, tinha como objetivo maior progredir, e escolheu o estudo como instrumento para alcançar seus objetivos de ascensão. Para Soares (2002), a escolha profissional se dá numa dimensão temporal (passado/presente/futuro) e as escolhas futuras dependem de identificar quem fomos, as influências vividas na infância, os momentos mais

significativos e o tipo de vida que desejamos viver, pois a escolha do trabalho possibilitará ou não a realização destes sonhos. Um recorte da trajetória do entrevistado, a seguir, ilustra a busca incessante por seus sonhos, assim como a realização dos mesmos.

Aos dezessete anos, o pai lhe conseguiu um emprego como despachante de trânsito. Posteriormente, trabalhou na área de contabilidade de uma empresa de grande porte da região de Rio Grande, considerando-se bem remunerado por seu trabalho, inclusive, com vinte e três anos de idade, já havia comprado uma moto nova. Iniciou a faculdade de Ciências Contábeis em Rio Grande/RS, fez o concurso para Polícia Federal por insistência da mãe (agradece-lhe até hoje por isto). Deu continuidade à graduação em Livramento/RS, onde tomou posse como Agente da Polícia Federal. Comenta: *“Fiz faculdade com bastante dificuldade, naquela época não tinha mamata, primeiro era o trabalho. Estava na sala de aula e os colegas botavam a cara na janela e chamavam que tinha uma missão, tinha que deixar a aula e ir para a missão”*.

Iniciou o trabalho como Agente Federal no setor de estrangeiros (serviço mais burocrático), mas sempre estava disponível para qualquer serviço externo. Na SR/DPF/SC, trabalhou no Núcleo de Inteligência Policial [NIP]. Sabe que aprendeu muito nestes setores, porém desejava trabalhar na Delegacia de Repressão a Entorpecentes (DRE), *“combater o tráfico de drogas”*, desejo este conquistado mais tarde. Relata ter construído com seu grupo a DRE de hoje. Comenta: *“Esta transição entre o nada e o tudo, eu tive ali, até o próprio sistema que tem aí eu posso dizer que saiu naquela época, e nós conseguimos montar a melhor equipe que eu já vi, **equipe, grupo de pessoas**”*. Iniciava o trabalho por volta das 7:00 horas e retornava para casa por volta das 19:00, 20:00 horas, almoçava em casa sempre que podia, as viagens também eram uma constante no dia-a-dia da DRE.

Como mencionado, a prática do trabalho de policial federal pode ser mais burocrática ou mais operacional. Neste caso, o entrevistado almejou o trabalho operacional, e como o cotidiano da DRE é voltado para apreensão de drogas e captura de traficantes, possibilitou a realização deste objetivo, conquistado logo nos anos iniciais de carreira e mantido até a aposentadoria. Observa-se a clareza nas escolhas de suas metas profissionais e a satisfação em ter construído com seus colegas de trabalho a atual DRE. E mais, a dedicação, o comprometimento e o orgulho proporcionados pela atividade, pois até este momento não havia feito nenhuma menção à remuneração como fator de motivação. Acerca do significado maior assumido pelo trabalho no mundo capitalista,

percebe-se que, para o sujeito em estudo, o trabalho não se tratou somente de uma mercadoria com valor de troca Marx (1998), mas sim de um meio que oportuniza transcender a dimensão puramente econômica. Esta afirmação fica evidente na fala a seguir:

Muitas vezes não foi o aumento do salário que proporcionou a satisfação, o amor a profissão era maior. Nós éramos todos pé de chinelo, pessoas pobres que batalharam para estudar e entrar, são pessoas que começaram a trabalhar com 14/ 15 anos, estas pessoas dão outro valor.

Diz ser uma pessoa “*iluminada*”, “*privilegiada*”, pois encontrou ao longo de sua carreira pessoas boas, confiáveis. Acredita que mais importante do que o salário recebido é o reconhecimento obtido pelos colegas, e emocionado, diz ter recebido este reconhecimento de colegas e superiores e de seu filho.

Nos primeiros anos de aposentado prestou serviços para um amigo. No segundo ano, fez segurança para mulheres em um brechó beneficente, no dia das crianças passou jogando bola com algumas crianças carentes. Atualmente não está fazendo nenhum trabalho remunerado.

De modo geral sente-se muito realizado com seu trabalho, acredita que as pessoas que “*vivem bem a aposentadoria são pessoas que se realizaram na vida profissional*” e considera-se uma delas.

É importante ressaltar o último comentário do entrevistado, pois esta percepção pode ser um fator relevante quando se trabalha qualidade de vida na aposentadoria. Será possível afirmar que as pessoas realizadas profissionalmente vivem melhor a aposentadoria? À primeira vista é imprudente generalizar este comentário a partir da vivência de apenas uma pessoa, contudo, pode ser interessante instiga-lo com mais cuidado, pois quanto maior for o número de variáveis conhecidas que influenciam este fenômeno, mais elementos teremos para discuti-lo e integrá-lo na profundidade necessária ao seu entendimento.

Identidade de policial: Durante o tempo na ativa, recomendava à esposa e ao filho para não comentar com ninguém onde trabalhava. Diz: “*eu sou eu, quando eu trabalhava eu me chamava Santos (sobrenome fictício) e quando eu me aposentei quando me perguntavam o nome eu dizia José (o meu nome) e não mais o nome que era usado na polícia.*” No modo de ver de José, esta suposta mudança de nomes se deu pela

perda do vínculo com a Instituição, pois se ainda estivesse trabalhando, gostaria de continuar sendo chamado pelo sobrenome fictício. Sempre andava armado, contudo, quando soube a data de sua aposentadoria, pegou seu material de trabalho (carteira profissional, pistola, material de recarga, cartucho), e guardou. A carteira só usa quando viaja, esta ainda não foi trocada pela de inativo. E por fim, reconhece se identificar totalmente com a atividade de policial federal, tendo como principal característica ser “*guerreiro*”.

É visível a importância dada por este sujeito à identidade de policial, destacada por ele mesmo na troca do próprio nome (mudança de identidade). Além disso, nota-se que, mesmo orgulhando-se desta, mantinha-a em segredo, solicitando à família sigilo quanto à profissão que exercia. A reflexão sobre identidade apresentada por Coutinho *et al* (2007, p.34) traz à tona a discussão sobre a importância do trabalho na construção da identidade humana ao dizer: “[...] o trabalho é uma categoria fundamental, embora não única, para compreensão das relações sociais, dos processos identificatórios e do modo de ser dos sujeitos, pois a dimensão ocupacional ainda ocupa um grande espaço na vida das pessoas, permeando as relações sociais”.

As autoras mencionadas acima afirmam que no cenário atual, marcado por mudanças constantes, a construção da identidade se dá de forma mais transitória, efêmera, ou seja, identidade em curso. Diferentemente do que ocorria no século passado, “quando as relações de trabalho caracterizavam-se pela fidelidade, permanência no emprego e continuidade na atividade profissional e/ou empresa escolhida” (pp.34-35). Para este sujeito, entretanto, pode-se dizer que a identidade ainda se configurou de modo estável, pois a relação de trabalho foi mais permanente, mais de vinte anos trabalhando na mesma Instituição (DPF), mais precisamente, na mesma Delegacia.

Para o entrevistado, o fim deste vínculo significou deixar para trás a própria identidade de policial, com tudo aquilo que a representava: porte de arma de fogo, uniforme operacional, uso de viaturas ostensivas, livre acesso a locais sob fiscalização da polícia, entre outras. Conforme Soares e Costa (2008, p.38) “Ser aposentado é deixar de ser João, o professor; Maria a enfermeira; José o médico...Serão todos simplesmente João, Maria e José, os **aposentados** ou de forma depreciativa, os **inativos**.”

Tempo livre antes da aposentadoria: Durante o tempo em que trabalhava em Livramento-RS, reunia-se nos finais de semana com a família na casa dos colegas de trabalho, faziam churrascos, jogavam

futebol. Montaram, inclusive, um clube de tiro na casa de um deles. Afirmar ser mais fácil se relacionar com colegas de trabalho do interior, pois estes são mais próximos, procuram fazer mais programas juntos. Nas capitais as pessoas são mais individualistas, evitam relações mais íntimas. Na SR/DPF/SC tinham uma excelente equipe de trabalho, a cada flagrante comemoravam com uma festa. Contudo, considera que fez poucos amigos no tempo em que trabalhou neste local, sua rotina era trabalhar e dormir. Comenta: “[...] *estas pessoas vivem em função do trabalho, se tiver alguma coisa, além disso, aí ela não trabalha*”. Nas férias costumava viajar os trinta dias com a esposa e o filho, era o único período do ano no qual conseguia se desligar totalmente do trabalho.

De acordo com os comentários acima apresentados, fica evidente a dedicação exclusiva ao trabalho, restando-lhe pouco tempo livre para outras atividades. De um lado, essa dedicação pode representar uma das únicas fontes de reconhecimento, em que o sujeito não encontra outras formas de se relacionar com o meio, senão, pela sua atividade profissional. Por outro, existe uma dificuldade maior para criar vínculos sociais em cidades grandes, principalmente para um policial, que por força da profissão tende a ser cético em relação às intenções de desconhecidos que dele se aproximam. Estes dois pontos podem ajudar a explicar o que foi observado.

A experiência da aposentadoria: Não tinha o desejo de se aposentar, porém durante o período em que trabalhava teve um infarto, ficou afastado por um mês, retornando ao trabalho logo em seguida. Fazia exames de rotina constantes. Durante este período descobriu que tinha cardiopatia grave, segundo ele: “*doença esta que isenta do imposto de renda*”. Sendo assim, procurou uma equipe de médicos para conseguir tal isenção, entretanto descobriu que esse direito somente era dado para pessoas aposentadas. Solicitou assim sua aposentadoria, porém quando esta veio não sabia o que fazer. Diz: “[...] *quem me conheceu trabalhando achava que eu não ia agüentar, ficar sem trabalhar, só quem me conheceu trabalhando pode dizer: o Santos trabalhando (diziam Santos) é uma máquina de trabalhar*”.

Confirma-se assim, mais uma vez, o pressuposto da centralidade do trabalho na vida das pessoas, bem como sua importância na construção da identidade. No caso do entrevistado, mesmo tendo escolhido inicialmente aposentar-se para se beneficiar com a isenção do imposto de renda, esta opção foi vivida como uma ruptura, inclusive por parte de seus colegas. Em suas palavras:

Fiz os exames solicitados pela junta médica, e na hora da confrontação o médico disse: tu não eras nem para estar trabalhando, desde fevereiro o teu coração está funcionando só 35 %, a qualquer momento tu pode cair duro, a partir de amanhã tu não precisa mais trabalhar, ele falou bem assim! Eu ia diariamente até a polícia, até cair a ficha.

Conta, emocionado, que teve uma festa de despedida, organizada pelos colegas de trabalho, tendo recebido uma “*placa de homenagem*”. Diz: “*o presente maior neste dia foi ver o brilho de orgulho nos olhos do meu filho, ao ouvir as histórias e aventuras que vivemos no nosso trabalho*”. José finaliza dizendo ter sido muito importante ao se aposentar ter a esposa lhe esperando, pois é uma grande companheira de todas as horas. Comenta: “*se tu me ver hoje eu to sempre com minha mulher a tiracolo*”. Diz se sentir bem como aposentado até agora.

Ficam evidentes os sentimentos ambíguos neste momento de transição. De um lado a angústia e o sofrimento que o entrevistado vivenciou pela aposentadoria repentina ou até mesmo pela impossibilidade de trabalhar (problema de saúde), assim como a dificuldade em desligar-se do trabalho, dos colegas, como dito por ele: “*de todas as coisas boas*”. Por outro, a emoção e o orgulho em ter sido homenageado pelos colegas, e poder sentir a admiração do filho pelas suas conquistas. A fala de José ilustra a importância de poder contar com a companhia da esposa para enfrentar e superar esta transição (trabalho/aposentadoria). Emiliano (2009) diz que é comum as pessoas desenvolverem ao longo da vida diversos papéis de modo desarmônico, sendo que, para muitos o papel principal é o de trabalhador, e ao se aposentar precisam, na maioria das vezes, abandonar este papel, podendo não saber como desenvolver outros (pai, marido, amigo...). Assim sendo, a aposentadoria implica numa mudança de hábitos individuais e familiares. É uma etapa que exige preparação, tanto de quem se aposenta, quanto de sua família.

Tempo livre na aposentadoria: Sob a perspectiva da família, o entrevistado reconhece ser muito importante ter o tempo livre hoje para estar com a esposa e com o filho. Em relação ao filho, diz: “*eu não vi meu filho crescer, eu vi a cama diminuir*”. Hoje consegue observar melhor as coisas da casa, que até então não havia percebido. Cabe lembrar a afirmação apresentada anteriormente sobre a dificuldade das pessoas em desenvolverem de modo harmônico os diversos papéis. No

caso do entrevistado, pode-se perceber que o papel principal desenvolvido, ao longo da vida, foi o de policial. Como ele mesmo diz: “*nem vi meu filho crescer*”, ou seja, vivia quase que exclusivamente para o trabalho. E o tempo livre vivido na aposentadoria possibilitou-lhe desenvolver novos hábitos com a família, assim como a possibilidade de nova inserção social. Comenta: “*A convite de um colega aposentado estou participando semanalmente de um grupo. Estas pessoas que convivo agora são totalmente diferentes das que eu convivia no trabalho*”.

No que diz respeito aos colegas de trabalho, conta que durante a ativa viveram experiências significativas, passaram horas, dias e até mesmo meses juntos, confiando uns aos outros, muitas vezes, a própria vida. E ao se aposentar perdeu o vínculo social com eles. Atualmente diz ter apenas três amigos do meio profissional, pois acha que hoje as amizades são outras. Em suas palavras: “*hoje a gente é substituído, quem não é visto não é lembrado*”. A angústia e o sentimento de menos-valia, associado ao abandono, são visíveis na fala de José, sobre não ter vida social enquanto trabalhava e, ao sair, se sentir abandonado. O comentário a seguir ilustra esta situação.

Polícia não tem vida social, porque polícia é colocado de lado, só serve para servir, é que nem cachorro, enquanto ele faz o que o dono quer, está fazendo alguma coisa em benefício daquela pessoa, é tratado bem, qualquer deslize dão um pontapé e mandam longe.

Este momento parece ser vivido com sofrimento, na medida em que de uma hora para outra o profissional se vê aposentado, tendo que deixar além do espaço de trabalho, os colegas com quem conviveu por mais de vinte anos. Diante do relato apresentado duas questões emergem: primeiro, os colegas o deixaram? Ou ele precisou se afastar do grupo para viver o luto da aposentadoria? Considera-se neste caso, no mínimo, duas possibilidades. Uma, a rotina de um policial, como muito bem explicado pelo entrevistado, não dispõe de muito tempo livre para relacionamentos sociais fora do meio profissional. Outra, o afastamento do grupo de trabalho pode ter ajudado a lidar com a angústia da perda, gerada pela aposentadoria repentina.

A discussão trazida por Arcuri (2006) fala um pouco deste luto: se o significado da vida foi construído a partir de certa profissão ou de um determinado relacionamento e é perdido, de certo modo morreremos

pela forma que nos reconhecíamos até então. O luto, assim, é considerado uma expressão social de não adaptação à morte, porém ao mesmo tempo um processo social de adaptação vivido pelos indivíduos, que ajuda a curar as marcas deixadas pela ruptura.

Quanto a sua rotina diária, comenta ser semelhante a do trabalho. Como sempre preferia trabalhar à noite, hoje fica assistindo TV até tarde, ou vai para o computador, dormindo por volta das três da manhã. Durante o dia levanta, toma o café, faz o mate, lê jornal, almoça, assiste à novela da tarde, faz mate novamente e assiste o jornal da noite. Quando começa a esquentar, por recomendação médica, caminha diariamente na praia.

Na busca por fazer uma articulação entre a atividade e a identidade de policial federal, principalmente do trabalho na DRE, percebeu-se certa incoerência entre o discurso e a realidade. O dia-a-dia do trabalho destes policiais geralmente apresenta muitos desafios, pouca monotonia, uso do poder de polícia e grandes emoções. A rotina descrita pelo entrevistado vai na direção contrária: calma, sem muitas emoções, repleta de atividades corriqueiras e repetitivas, o que significa dizer que José pode estar tentando se adaptar à nova rotina, e que o desafio para este sujeito talvez seja descobrir novos interesses, para que assim possa usufruir com qualidade o tempo livre de que dispõe como aposentado. A este respeito, França (2008, P.104) traz à tona a seguinte reflexão:

[...] administrar essa nova rotina de liberdade pode representar uma dificuldade, pelo menos no início. Se alguns esperam ansiosamente por um período de maior liberdade para fazerem o que quiserem ou para os seus tão almejados planos, outros se sentem incapazes de descobrir sozinhos seus próprios interesses, e não é raro vê-los repetindo que não têm nenhum outro prazer senão trabalho. Por certo, os indivíduos não mudam facilmente os hábitos. Pelo contrário, alguns costumes, rotinas e manias podem estar tão enraizados que, mesmo sabendo que devem experimentar novas atividades, não modificam nada.

Genealogia: trabalho e tempo livre: José é o segundo filho de Carlos (falecido há cinco anos), ensino fundamental, aposentou-se como pedreiro. Quando jovem, nas horas vagas, jogava futebol, mais velho dançava nos bailões, além de dedicar-se bastante à família, e de Claudia

(falecida há oito anos) do lar, dedicando a maior parte do seu tempo aos cuidados com os filhos e alguns sobrinhos. O casal era natural de Rio Grande/RS, onde José morou parte de sua infância e adolescência, vindo a mudar-se somente com o ingresso no DPF. Carlos, o pai, era o quarto de uma família de 6 irmãos, sendo o único homem dos irmãos. Claudia, a mãe, cinco irmãs, sendo ela a terceira de sua família. José considera como característica mais marcante do pai: *“guerreiro, me transmitiu muitos valores como seriedade e responsabilidade”*. E da mãe: *“bondosa de coração grande”*. Os irmãos: Cícero 54 anos de idade, operador de refinaria aposentado. Atualmente trabalha com transportes: José diz: *“aposentou-se, comprou um caminhão e continua trabalhando”*. As horas livres deste irmão são voltadas à dedicação familiar. Edson, o irmão mais novo, 50 anos de idade, falecido há dois anos, era pedreiro, e o tempo livre dedicado também à família. Carlos, o pai, tinha cinco irmãs, todas do lar. Claudia, a mãe, do mesmo modo, cinco irmãs, todas do lar. O avô paterno trabalhava como *“tropeiro-transporte de gado a cavalo”*, não sabe outras informações sobre este avô. A avó paterna trabalhava em uma fábrica de peixes, quando não estava trabalhando ficava em casa cuidando dos netos. O avô materno, estivador de porto, quando não estava trabalhando, *“gostava de ficar em casa cuidando dos netos e filhos”*. A avó materna, do lar: *“cuidava dos afazeres domésticos e da família”*.

Esta, como no primeiro caso, é uma família tipicamente nuclear, formada pelo casal e os três filhos. Observou-se, de modo geral, que no caso de José as mulheres dedicavam tempo integral às famílias (esposo, filhos e netos). Já para os homens (pai, irmão e avós) a situação varia um pouco: o pai buscou outras fontes de satisfação além da família, o irmão continua trabalhando. Isso nos leva a inferir que, de certa forma, o entrevistado mantém o padrão de repetição das duas gerações. Atualmente seu tempo livre é mais usado com a família, embora atualmente pareça estar ampliando um pouco este modelo, ao praticar outras atividades voltadas ao seu bem-estar individual.

4.2.3 História de Pedro

Pedro, cinquenta e cinco anos de idade, graduado em Educação Física e Direito, aposentado há oito anos, natural de Florianópolis/SC, onde reside atualmente. Divorciado, com dois filhos. Vivia com uma companheira até dois meses atrás, atualmente mora sozinho.

Trajatória profissional e suas principais mudanças: Iniciou sua vida profissional trabalhando com processamento de dados e no ramo de esporte, além de jogar futebol. Neste período de sua vida já tinha formação em Educação Física. Conta que “*apareceu a oportunidade do concurso para policial federal*”, tendo feito e sido aprovado. Na busca por crescimento no DPF fez faculdade de Direito, que o auxiliou significativamente no dia-a-dia de policial. Entretanto, não conseguiu trocar de cargo, pois o concurso para Delegado deu-se após dez anos de sua posse como Agente. Em suas palavras: “*Eu tentei me preparar sempre com vistas para o meu futuro, sempre estudei e fui muito dedicado, sempre trabalhei, trabalhei desde novo, enquanto muita gente estava só no bem bom eu estava lá trabalhando, estudando*”.

Observa-se desde o início de sua trajetória profissional um investimento significativo nos estudos, com vistas em galgar um futuro mais promissor. Estas escolhas iniciais são reconhecidas por Soares (2002) como fundamentais na vida dos jovens, pois é a partir destas que seus futuros serão definidos. “O presente é passageiro, é um instante, porque ele sempre estará realizando um futuro que já foi planejado anteriormente” (p. 26).

Iniciou sua carreira na DPF em Santo Ângelo-RS. Por motivos de adaptação familiar, após três anos, solicitou transferência para Santa Catarina, sendo então transferido para a DPF de Itajaí-SC, onde trabalhou por dezessete anos. No total foram vinte anos de trabalho em Delegacia, onde, segundo o entrevistado, não tem lotação específica, “*tendo que fazer de tudo*”. Nos últimos cinco anos de ativa, foi transferido para a SR/DPF/SC, onde trabalhou nos serviços de Marítima, DRE, Fazendária, Plantão, Imigração em aeroporto. No final da carreira, trabalhava como chefe do Núcleo de Fiscalização de Tráfego Internacional [NFTI]. O dia-a-dia como policial era muito eclético, não tinha horários fixos para iniciar ou encerrar o expediente, além das constantes viagens que o afastavam da família. Comenta:

Muitas vezes eu trabalhava a noite toda, podendo ser chamado a qualquer momento, não podia chegar ao final do dia e dizer: vou encerrar meu trabalho, às vezes ficava a noite toda, não tinha rotina, tinha que estar sempre disponível, exclusivamente ao DPF.

Nota-se aqui que esta atividade possui características peculiares, entre as quais podemos citar dedicação exclusiva e carga horária

variada, além da sobrecarga física e emocional, fato este que dificulta a criação de laços afetivos mais intensos com outras pessoas, que não os colegas de trabalho. Essa dificuldade de estar em contato com a própria família ressalta um descompasso entre a vida profissional e a pessoal. Santos (2009) alerta ser este um dos fatores que atrapalha o processo da aposentadoria, pois a ausência do papel profissional, que por vezes servia de disfarce, lhe fará entrar em contato consigo mesmo, e ter que recriar novas configurações para sua vida. O relato a seguir mostra que inicialmente, ao se aposentar, houve uma busca de novas configurações de vida através da repetição (novos trabalhos).

Nos primeiros anos de aposentado, Pedro desenvolveu algumas atividades no ramo imobiliário “*sem rotina*”, como exemplo: de segurança, de acompanhante de viagens. Comenta: “*Já trabalhei demais, já ganhei o suficiente para estar fazendo o que gosto, já trabalhei muito, meu tempo de contribuição é suficiente*”.

Pode-se observar que o entrevistado, se achando merecedor deste benefício, optou por usufruir com mais liberdade a vida de aposentado, ou seja, deixando de lado qualquer atividade profissional remunerada.

Define o trabalho como “*um objetivo da pessoa, tem uma carreira, uma atividade*”. Quanto ao trabalho de policial entende como “*relevante para o social, eu gostava, e no fundo a gente se sentia bem desempenhando uma função social até que eu... gostava da profissão*”. Isso significa dizer que o trabalho, além de ter sido prioridade em sua vida, aparentemente foi também fonte de realização profissional, pessoal e social. Zanelli e Silva (1996) afirmam que o trabalho é uma das atividades mais importantes, a principal fonte de significados e um núcleo definidor do sentido da existência humana.

Identidade de policial: Seu irmão mais velho era policial civil, portanto já conhecia um pouco da vida de policial. Quando ingressou na Polícia Federal se identificou bastante com o trabalho, gostava das atividades, até mesmo pelas histórias relatadas por outros colegas. Percebeu que, apesar da dedicação e do prazer que tinha com a profissão de policial, o momento de transição trabalho/aposentadoria foi tranquilo: de certa forma, sentiu-se deixando um pouco esta identidade de policial ao se aposentar. Em suas palavras: “*a minha aposentadoria foi tranquila, eu sempre pensei, eu não nasci polícia, eu tive muitas atividades, parafraseando aquele ministro, eu não nasci polícia eu estava polícia*”. Por outro lado, percebe também que mesmo aposentado ainda permanece com o sentimento de policial. Diz:

A gente costuma dizer, a policia a gente não larga, a gente é dispensado do ponto, aquela vocação aquele espírito a gente sempre continua, a gente continua tendo que ser um bom cidadão, colaborar com a justiça, as coisas boas que são do bem, o compromisso com a sociedade a gente continua [...].

A identidade é formada e transformada num *continuum* em relação às configurações pelas quais somos representados e interpelados pelos jogos de vivências das relações sociais. Pode-se supor que a escolha por ser policial se deu inicialmente pela identificação do entrevistado com o trabalho do irmão (também policial), portanto quando assumiu como tal já havia se aproximado da representação equivalente, confirmando assim a construção de uma identidade profissional, estável e coerente com a sua escolha.

Observou-se, no comentário inicial do entrevistado, uma ambivalência em relação a deixar de lado esta identidade, construída durante a sua vida profissional, e que agora como aposentado se percebe deixando: “*não nasci policia*”. Por outro lado, é evidente a sua exigência (e talvez da própria sociedade), em continuar adotando comportamentos e atitudes morais de policial.

Ao falar da identidade de policial percebe, tanto por parte da administração do DPF, quanto da sociedade, uma exigência grande de atitudes, características, responsabilidades que vão além das exigidas de um cidadão comum. Relata:

Uma pessoa comum comete um delito é uma coisa, então o policial é diferente, você vai responder civilmente, criminalmente e administrativamente, responde três vezes. No crime uma pessoa quando é condenada é uma pena, o funcionário público é acrescido de mais um terço, então é uma condição diferente do cidadão comum.

Corroborando essa fala ressalta-se que a própria Instituição, conforme citado no Livro de Comemoração dos sessenta anos do DPF (2004), sustenta que para ser policial não basta o uso da arma, da carteira funcional ou do uniforme, embora se trate de símbolos de forte significação. Este profissional deve ter atitudes, condutas e

comportamentos pautados pelo respeito à ética, com a preocupação de investir permanentemente numa profissão que busca garantir segurança e tranquilidade para a sociedade.

As questões já levantadas, juntamente com as exigências do próprio DPF, nos levam a inferir que, muito provavelmente, aquele que é policial e se reconhece como tal, dificilmente abdicará totalmente dessa identidade com o advento da aposentadoria. Ainda que abdique, metaforicamente falando, é como se houvesse feito uma “tatuagem”: mesmo que não se perceba mais como tal, a sociedade ainda o verá como um ex-policial.

Tempo livre antes da aposentadoria: Durante o período que não estava trabalhando praticava esportes (futebol), viajava, visitava a família, morador da região. Sempre desenvolveu bons relacionamentos, inclusive, fora do meio profissional. De certa forma, este relato aponta para o desenvolvimento de outras relações externas ao trabalho, contudo, retomando algumas falas iniciais, percebe-se que o mesmo deixou claro que o trabalho consumia um tempo excessivo na sua vida. Em suas palavras: *“É muita viagem, escala, expediente comercial, serviço muito eclético, então a gente às vezes saía de casa num dia e voltava dali a dez, quinze dias”*. Cabe aqui um questionamento: Em que momento cultivava estes outros relacionamentos, ou até mesmo as práticas esportivas, sendo que passava, na maioria das vezes, dias em outra cidade, ou até mesmo outro estado? Numa tentativa de articular estas duas situações aparentemente antagônicas, poder-se-ia dizer que apesar do grande envolvimento com o trabalho, o entrevistado achou relevante, nas poucas horas livres, desenvolver atividades e relacionamentos diversos daqueles vivenciados no meio profissional. Como já discutido nos outros dois casos estudados, Santos (1990) e França (2008) apontam ser de fundamental importância as pessoas saberem alternar trabalho e outras atividades prazerosas, já que um dos grandes desafios da aposentadoria é saber administrar o tempo livre, principalmente para aqueles que se dedicam excessivamente ao trabalho.

Aposentadoria: Ao falar em aposentadoria, reconhece ter feito boas escolhas ao longo da vida e que a aposentadoria foi uma delas. Comenta: *“Eu sempre me preparei com vistas para o futuro, com muito estudo e trabalho, então eu acho que consegui determinadas coisas para agora no final da vida estar desfrutando”*. Aposentou-se assim que concluiu o tempo de trabalho. Um dos motivos foi haver possibilidades

de mudanças nas leis de aposentadoria. Pedro diz: “[...] *ter que trabalhar até morrer, eu disse, vou aproveitar um pouquinho antes de morrer*”. Quando questionado sobre este comentário, Pedro diz: “*vamos pensar que vou viver mais dez anos, uma estimativa de uns dez anos com qualidade*”. Percebe-se, quanto aos projetos futuros, uma ênfase naqueles relacionados à vida pessoal, tais como dedicação maior aos filhos, relacionamento amoroso e novas viagens. E salienta: “*mas tudo assim de curto prazo, tentando viver o dia-a-a-dia, um dia de cada vez, não dá para fazer projetos muito longos*”.

Reportando aos quatro comentários de Pedro: “*final de vida*”, “*aproveitar um pouquinho antes de morrer*”, “*viver mais uns dez anos com qualidade*”, “*não dá para fazer projetos muito longos*” pode-se dizer que, mesmo reconhecendo a aposentadoria com uma das boas escolhas de sua vida, relaciona este momento aos sentimentos de velhice e morte. Segundo Santos (1990), para algumas pessoas, a aposentadoria pode significar, além da perda do trabalho, a proximidade da velhice e da morte. “Através da perda do papel profissional o indivíduo não estaria vivendo também a grande perda final, a perda da vida?” (p.13). Reconhece a aposentadoria como um momento de mudança, com perdas intensificadas pelo sentimento da velhice e da morte. Em sua obra clássica, Simone Beauvoir (1986) pontua: “velhice tem uma dimensão existencial: modifica a relação do indivíduo com o tempo e, portanto, sua relação com o mundo e com sua própria história” (p.15).

Envelhecer faz parte de um processo que inicia no nascimento e termina na morte. Assim sendo, para Arcuri (2006) as pessoas têm medo de envelhecer, por relacionar este processo com a morte e com a perda dos espaços sociais de prestígio e de sobrevivência. Além disso, nas palavras da mesma autora (2005):

Contraditoriamente, o medo de envelhecer nos empurra para a velhice, no sentido de “parar o desenvolvimento, por se achar velho”.

O envelhecimento é visto pelo conjunto da sociedade como um tabu, como algo desagradável e que, portanto, deve ser negado. Lidar com as questões da velhice e do envelhecer, tanto do nosso quanto do outro, requer uma abertura especial. Temos que ter a compreensão do envelhecimento como uma totalidade que não é simples nem tão pouco abstrata. (p. 40)

Estas reflexões permitem fazer alguns questionamentos. Até que ponto a velhice conforme percebida no senso comum não é apenas uma percepção, eventualmente exagerada, do entrevistado acerca da sua condição atual? Será que estes sentimentos “de velhice e de morte” que pairam sobre seus pensamentos não o estão privando de viver outras experiências além dos projetos de curto prazo, como citado por ele?

Com base nos estudos feitos por gerontologistas, Arcuri (2005, p. 41) enfatiza: “viver os últimos vinte anos da vida em bom estado físico, mas sem nenhuma atividade útil, é psicologicamente e sociologicamente impossível. É preciso dar a estes sobreviventes motivos para viver”. Dito de outro modo, é muito importante para os que se aposentam a elaboração de projetos, ainda que de curto prazo, como premissa inicial para vivenciar uma aposentadoria mais saudável.

No início da aposentadoria havia muita empolgação, viagens, passeios. Entretanto, com o passar do tempo, começou a sentir falta dos amigos, de todas as coisas que o serviço proporcionava. Por fim, considera um período tranquilo de sua vida, em que “*sempre*” se sentiu bem. Diz: “*foram bem boas as minhas escolhas, sempre passei bem em todas as minhas fases*”.

Este comentário mais uma vez remete ao estudo de Atchley (1999, citado em Magalhães, *et.a.*, 2004) sobre as fases vivenciadas no processo da aposentadoria, já comentado no Marco Teórico. Inicialmente a decisão por se aposentar pode ser reconhecida com a fase da “pré-aposentadoria”. Na seqüência, a fase da “lua-de-mel”: os sentimentos que o entrevistado relata ter vivenciado como “empolgação”, logo que se aposentou. Após a “fase do desencantamento”, relacionada aos sentimentos de perda dos amigos, do trabalho e suas representações. Atualmente pode-se dizer que se encontra na “fase da estabilidade”.

Tempo livre na aposentadoria: Logo após aposentar-se, Pedro separou-se da esposa vindo os filhos a morar com a mesma. Buscou manter contato constante com os filhos, como freqüentar a praia, jantar fora, além de assistirem os jogos de futebol juntos. Diz: “*Este é um programa sagrado para nós três*”. Com os amigos de trabalho, mantêm vínculos semanais, pois os encontra nas atividades de futebol, jantares. Participa de sociedades como ANSEF/SC e Associação Atlética do Banco do Brasil [AABB]. Diz: “*Para mim os relacionamentos continuam os mesmos*”. Também, na sua rotina de aposentado, costuma freqüentar a praia, fazer pescarias, além de viagens.

Observa-se, na fase inicial de aposentadoria, além do afastamento do meio profissional, alterações significativas na sua rotina familiar (com o episódio de separação da esposa e, de certa forma, dos filhos), pois veio a morar sozinho. Ao referir-se a este fato, Pedro não o relaciona à aposentadoria em si. Logo, seria imprudente inferir alguma suposição a este respeito, podendo dizer apenas que para o entrevistado este processo foi permeado por mudanças, tanto no âmbito profissional, quanto familiar. De todo modo, percebeu-se uma disponibilidade, por parte do entrevistado, em manter contatos com os filhos, assim como com os colegas de trabalho. Além disso, aparece disposição para diversificar atividades, fazendo pescarias e viagens.

Hoje, o tempo livre é considerado por ele um dos grandes benefícios da aposentadoria, pois não depende de chefe, de compromissos, de ninguém para organizar seus horários. Em suas palavras: “*hoje eu tenho um tempo só para mim mesmo, isso foi ótimo*”. Define tempo livre como: “*ter autonomia sobre sua agenda, (risos) hoje tenho tal coisa para fazer, posso fazer de manhã, à tarde...*”. E mais, observa no seu dia-a-dia e no de seus colegas, falta de tempo para fazer pequenas atividades que fazia enquanto trabalhava. Relaciona este fato à falta de organização nos horários, além da priorização de algumas atividades em prol de outras. Diz:

A gente se aposenta e não tem mais tempo pra fazer nada, por exemplo: se a gente quer lavar o carro, nem consegue lavar o carro quando a gente trabalhava era fácil, a gente já estava organizado, lavava o carro, agora tem tanta coisa para fazer que não consegue deixar o carro para lavar e esperar que lave. Tem mais atividades sociais, vai pescar mais, vai viajar, vai mais a praia, vai mais jogar futebol (risos) falta tempo é incrível, o sentimento é esse mesmo parece que aí mesmo que a gente não tem tempo.

Observa-se que o tempo livre para Pedro é visto com um dos grandes benefícios proporcionados pela aposentadoria, pois proporciona mais liberdade e autonomia. Pode-se inferir, a partir das declarações, que esta mesma liberdade, em algumas situações, seria a causadora da falta de tempo. Observa-se uma situação contraditória! Entretanto, se nos reportarmos um pouco para nossas experiências, quantos de nós, aposentados ou não, já não vivemos situação semelhante? O fato, neste caso, é que o tempo livre parece estar sendo preenchido por atividades

mais prazerosas, como diversão e relacionamentos sociais, faltando então tempo para atividades mais enfadonhas, como “lavar o carro”. No caso deste fato ser considerado um incômodo, pode ser relevante a criação de uma rotina diária para o melhor aproveitamento do tempo livre.

Genealogia: trabalho e tempo livre: Pedro é o filho caçula de Cássio, (falecido há sete anos), que se aposentou como tipógrafo gráfico. Quando jovem, nas horas vagas, jogava futebol. E de Alicia, 84 anos de idade, comerciante e do lar, atualmente faz hidroginástica. Nas palavras de Pedro: *“bem espertinha a velhinha”*. O casal era natural de Santa Catarina-SC. Cássio, o pai, tinha cinco irmãos e duas irmãs. Alicia, a mãe, tinha um irmão falecido e uma irmã, tendo Pedro conhecido apenas a tia. Refere-se aos relacionamentos com a família materna como *“um pouco prejudicados”*. Pedro considera como característica mais marcante do pai *“seriedade e honestidade”*. E da mãe: *“extrovertida e gosta de uma boa conversa”*. Reconhece ter uma identificação maior com a família paterna, que tinha como hábito *“o jogo de futebol em família, sendo assistido por todas as mulheres da família”*. Os irmãos: Edson 58 anos de idade, policial, Rosana, 60 anos de idade, funcionária pública, o tempo livre era voltado a atividades musicais, Rubens, 65 anos, funcionário público aposentado, o tempo livre é dedicado aos cultos religiosos, além de viagens. A família (todos os irmãos) costuma encontrar-se mensalmente na casa da mãe (Alicia). O avô paterno comerciante, pescador, consertava e fazia tarrafas. A avó paterna do lar. O avô e a avó maternos eram comerciantes. O entrevistado tinha pouco contato com os avós, por isso não foi possível obter maiores informações.

Este é mais um caso de uma família tipicamente nuclear, formada pelo casal e os três irmãos. Observou-se, de modo geral, que na família de Pedro todos são funcionários públicos. O esporte era destaque no tempo livre, com a presença indispensável da família. Observa-se assim que, de certa forma, o entrevistado mantém o padrão de repetição dessa família, pois seus hábitos nas horas livres continuam voltados para o esporte e o contato com a família.

4.3 Discussão dos resultados

A investigação realizada teve como principal objetivo identificar como Policias Federais aposentados de SC se relacionam com seu tempo livre. Com essa finalidade, inicialmente foram caracterizados os sujeitos da pesquisa, inclusive com a descrição das suas trajetórias profissionais e idade da aposentadoria. Em seguida, buscou-se identificar e analisar as mudanças mais significativas na trajetória laboral, no uso do tempo livre e na caracterização das respectivas identidades profissionais, antes e depois do ato da aposentadoria. Como complemento, realizou-se um estudo breve da genealogia dos participantes no que se refere à relação historicamente desenvolvida entre trabalho e tempo livre, no intuito de buscar indícios de possíveis influências familiares no contexto atualmente apresentado.

O estudo deu-se sobre vários temas, que serão a seguir resumidos, em conjunto com os resultados obtidos, destacando-se preliminarmente que, embora o estudo tenha sido centrado sobre aspectos individuais do processo de aposentadoria dos entrevistados, considera-se legítimo discutir alguns dos fenômenos observados também na dimensão grupal (uma vez que os entrevistados desenvolveram suas carreiras por longo tempo na DRE e estão vivenciando o mesmo processo).

O Quadro 2 a seguir apresenta os seis temas centrais e as categorias relacionadas a cada um deles, para os três entrevistados.

Quadro 2: Temas e categorias de análises.

Temas centrais	Categorias
Trajetória profissional	<ul style="list-style-type: none"> • Estudo como instrumento de ascensão • Trabalho mais operacional • Trabalho como fonte de satisfação • Busca por trabalho “alternativo” no início da aposentadoria; • Apoio da família
Identidade profissional	<ul style="list-style-type: none"> • Grande identificação com a profissão • Identidade mais estável • Orgulho da identidade de policial • Ambivalência em romper com a identidade de policial na aposentadoria
Tempo livre antes da aposentadoria	<ul style="list-style-type: none"> • Pouco tempo livre disponível • Dificuldade por criar outros vínculos sociais • Esporte (futebol) • Viagens (poucas) • Amigos
Tempo livre na aposentadoria	<ul style="list-style-type: none"> • Relacionamento familiar-suporte fundamental • Perda de vínculo com colegas de trabalho • Rotina mais calma diferente da vivenciada enquanto estava na ativa • Ambivalência
Genealogia: Trabalho e tempo livre	<ul style="list-style-type: none"> • O trabalho formal era mais tarefa masculina • Tempo livre em torno da família • Repetição dos padrões familiares
O processo de aposentadoria	<ul style="list-style-type: none"> • Aposentadoria por tempo de contribuição • Sentimento ambivalente • Mudanças de lotação no final da carreira como facilitadoras • Luto • Aposentadoria como sinônimo de velhice

Inicialmente observou-se, no que diz respeito à **trajetória profissional**, que para todos os participantes houve um investimento significativo nos estudos, como meio de proporcionar ascensão profissional e social. Em comum também a escolha por uma atividade mais operacional e menos burocrática, e o sentimento de que o trabalho foi a principal fonte de realização. Mesmo estando, quando da realização da entrevista, vivenciando momentos diferentes do processo (um aposentado há um ano, outro há dois e meio e o terceiro há mais de cinco anos), merece destaque o fato de que os dois aposentados há mais tempo inicialmente buscaram trabalhos alternativos, provavelmente como forma de preencher o tempo livre. João, aposentado há menos tempo, também está na busca por nova inserção profissional. Ainda assim, todos externam que a aposentadoria foi a melhor escolha no momento (aparentemente não houve arrependimentos, pois poderiam retornar à ativa solicitando reversão da aposentadoria). Surge então um questionamento: por que pessoas que identificaram o trabalho como principal fonte de realização aposentam-se e logo a seguir pensam em reinserção no meio laboral? Poderiam simplesmente continuar trabalhando no mesmo local. Possíveis explicações para essa situação contraditória serão apresentadas adiante, quando da discussão específica sobre o processo da aposentadoria.

Em relação ao tema **identidade profissional**, constatou-se unanimidade no que diz respeito à grande identificação com a profissão, assim como em relação à construção de uma identidade mais estável e sólida ao longo da carreira, de maneira diversa do que se observa atualmente em ambientes corporativos caracterizados por precariedade e transitoriedade nas relações de trabalho. Outro ponto de destaque é o orgulho destes profissionais pela profissão exercida, advindo com a aposentadoria uma ambivalência entre ser e não ser mais policial. O que significa não ser mais policial? É somente deixar os instrumentos de trabalho, os colegas, o meio profissional? Ou é se desligar do juramento feito no momento solene da posse, de tudo o que acreditou e defendeu durante a vida? E a sociedade, como vê este ex-policial? Nas palavras de um deles, *“moralmente ainda somos policiais”!* Estes questionamentos convidam a refletir sobre a importância da identidade profissional para estes sujeitos, que parecem estar num limbo entre o que foram grande parte da vida adulta e o que serão a partir de agora. Um professor aposentado pode eventualmente continuar a lecionar; um médico aposentado sempre terá a opção de voltar à clínica; e o policial?

Na realidade, a especificidade do resultado observado leva a crer que grupos semelhantes (por exemplo, outros policiais civis e militares,

integrantes das forças armadas e corporações de bombeiros) apresentarão respostas muito parecidas com as aqui constatadas.

O modo de utilizar o **tempo livre antes da aposentadoria** tem uma condicionante bastante específica para o grupo pesquisado, derivada da condição de ser “policial 24 horas por dia, sete dias por semana”. Principalmente nos grupos operacionais, o fato de estar à disposição praticamente em tempo integral dificulta consideravelmente estabelecer uma rotina de constância em outras atividades que não as profissionais. Dito de outro modo, os horários são estabelecidos em função do trabalho, de uma forma significativamente mais intensa do que aquela observada em outras profissões, restringindo inclusive a criação e manutenção de outros vínculos (familiares e sociais, por exemplo). Em muitas oportunidades o tempo livre acaba sendo empregado em atividades envolvendo os próprios colegas, destacando-se a prática de esportes (futebol, principalmente).

Por outro lado, o uso do **tempo livre na aposentadoria** mostrou-se especialmente influenciado pela presença familiar. Muitas vezes o policial federal da ativa é “quase uma visita” em casa, e são as famílias que irão recebê-lo após a aposentadoria. Nos casos estudados, percebeu-se a importância da família como suporte neste momento de transição, o que ressalta a importância de também prepará-la para o processo. Outro aspecto destacado por dois participantes, mesmo que por diferentes motivos, é a perda do vínculo social, inclusive com colegas de trabalho, fenômeno que pode tanto estar ligado a características pessoais, como a peculiaridades do DPF ou até ao ritmo de vida nas grandes cidades. Apenas um declara manter vínculos através do SINPOFESC. De qualquer modo, uma vez que existe, além dos Sindicatos, uma Associação que congrega os policiais federais (ANSEF), uma alternativa para minimizar esse problema talvez seja a adoção de uma política de reintegração dos aposentados por parte das entidades de classe, com a promoção semanal de atividades esportivas e outras que possam proporcionar a essas pessoas diversificarem a ocupação de suas horas livres (nesse sentido merece destaque o primeiro Plano de Preparação para a Aposentadoria, realizado no ano de 2009, fruto de uma parceria entre o SINPOFESC e a SR/DPF/SC).

Ainda dentro do mesmo tema, chama à atenção a mudança significativa na rotina diária enfrentada por esses profissionais. Deixar um dia-a-dia altamente emocionante e imprevisível, de investigações, viagens inesperadas, perseguições, prisões, para uma rotina familiar, pescarias, estudos... Observa-se em alguns casos, e parece uma boa prática, a administração do DPF fazer algumas alterações na rotina de

trabalho, transferindo gradativamente os policiais em final de carreira para lotações em setores com atividades menos operacionais, como forma de ir preparando estas pessoas com um desligamento gradativo.

De modo geral o **tema genealogia: trabalho e tempo livre** confirmou o pressuposto da repetição de padrões familiares. Nos casos em estudo observou-se claramente este fenômeno, pois para os três entrevistados a dedicação maior ao se aposentar é para a família. No caso de Pedro, seus familiares (masculinos) também diversificavam o uso do tempo livre com atividades esportivas (futebol), uma das atividades que mais motiva o entrevistado atualmente. Essa situação pode ser fruto da *lógica da reprodução* à qual se refere De Gaulejac (1987), com os pais elaborando projetos nos quais os filhos repetiriam e imitariam suas próprias vidas.

Quanto ao **processo de aposentadoria** propriamente dito, pode-se destacar a opção pelo desligamento em seguida à aquisição do tempo necessário, e a posterior procura por nova atividade laboral. A resposta para essa questão, suscitada quando se tratou do tema trajetória profissional e agora retomada, pode passar por múltiplas possibilidades, algumas das quais serão discutidas a seguir.

A primeira, apesar de trivial, reveste-se de suma importância no caso específico: restrição devido à saúde. A Polícia Federal incentiva e exige que seus servidores apresentem condição física compatível com o trabalho operacional, ainda que não seja essa a ocupação no momento. Percebe-se claramente isso nos índices necessários à aprovação nos testes físicos do concurso de admissão, ou na obrigatoriedade da prática desportiva para os servidores em atividade. Tudo isso porque as exigências podem realmente chegar a ser elevadas, especialmente quando se trata de operações policiais em locais e condições inóspitas, rotineiras no DPF. No caso de pelo menos um dos entrevistados, a restrição física (imposta por um acidente cardiovascular) parece ter sido fator determinante para a decisão de aposentar-se.

Outra possibilidade diz respeito às particularidades da atividade profissional. Quando participa de um bom curso de treinamento ou aperfeiçoamento, o policial é inicialmente lembrado de que o imprevisto faz parte de sua rotina, e que o maior inimigo é o excesso de confiança nas atividades mais simples. Ou seja, a qualquer momento todo seu treinamento, dedicação e sangue-frio podem ser exigidos em situações que envolvam risco de vida. A omissão ou atuação inadequada numa situação que exija intervenção, ainda que fora do horário de expediente, pode acarretar demissão do serviço público. Por mais que o sujeito se identifique e goste da profissão, o grau de exigência e pressão é elevado,

e é perfeitamente compreensível que, depois de muito tempo nessas condições, resolva viver de modo mais tranqüilo.

Ainda no mesmo sentido, sabe-se que policiais encontram-se entre os servidores públicos que gozam de regimes especiais de aposentadoria, constantemente combatidos por setores e governos de orientação econômica liberal. É um risco contribuir para a previdência social de maneira diferenciada por toda a vida e depois de adquirir o direito a um regime também diferenciado de aposentadoria, perder o resultado do esforço por não se aposentar na hora certa. Percebe-se, que a escolha por se aposentar gerou uma aquisição de benefícios indiscutíveis, porém, analisando o discurso dos participantes é inegável a ambivalência que esta escolha gerou em suas vidas, por um lado todo o benefício até aqui apresentado; por outro, os sentimentos de perdas: dos relacionamentos sociais, da identidade profissional (ativo para inativo), do poder de polícia, sentimentos estes que podem ser relacionados ao luto na aposentadoria.

De modo geral, foi possível perceber com a análise dos dados obtidos e a partir das falas dos investigados, que a maioria deles aposentou-se numa faixa etária relativamente baixa e considerou positivas as mudanças que acompanharam a aposentadoria, embora tenham sido detectados vários sinais de ambivalência nos discursos.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar sobre aposentadoria e tempo livre foi desafiador e instigante, principalmente em se tratando de um grupo até certo ponto hermético e pouco estudado no meio científico, como este, formado por Agentes da Polícia Federal.

Em primeiro lugar, por ser o “tempo” um fenômeno tão complexo e ao mesmo tempo comum (na medida em que todos estamos sujeitos aos seus efeitos), estudado por filósofos e cientistas desde há muito, com múltiplas abordagens. Filósofos “realistas” defendem a existência do tempo, independente da mente humana; já os considerados “idealistas”, como Emanuel Kant, crêem que a noção de tempo é um processo interno. Albert Einstein, em sua famosa teoria da relatividade, sustenta, em linhas gerais, que o mesmo intervalo de tempo parece variar conforme a situação em que se encontrem seus observadores, ou seja, pode ser uma grandeza relativa. No senso comum, quem já não sentiu que *o tempo não passa?* Ou que *o tempo passou muito depressa?*

Em segundo lugar, o grupo pesquisado é, por força de hábitos profissionais profundamente enraizados, avesso a ser investigado. A compartimentação de informações, bem com uma extrema discricção, são valores cultuados no meio, e que podem muitas vezes ser o diferencial entre uma operação bem sucedida ou um retumbante fracasso. Além disso, para um grupo de modo geral tão identificado com a profissão, qual o impacto da aposentadoria sobre sua identidade?

Durante a busca de respostas para esta e outras perguntas, surgiu uma colocação que pode suscitar vários questionamentos. Conforme um dos sujeitos estudados, a mudança de perfil dos novos policiais pode ser um fator que contribuiu para a decisão de retirar-se do serviço ativo. Supondo-se que esse *status quo* exista e seja relevante dentro dos quadros policiais, o que parece plausível, até que ponto a retirada de servidores mais experientes pode prejudicar o serviço prestado à sociedade como um todo? Essa mudança de perfil no recrutamento não seria uma exigência da própria sociedade? Policiais operacionais, “de rua”, estariam perdendo espaço? E as conseqüências disso no enfrentamento de uma criminalidade cada vez mais violenta? Embora possam fugir um pouco do objetivo principal dessa investigação, na opinião da pesquisadora essas são perguntas relevantes, que poderão ser aprofundadas numa ocasião oportuna.

Uma situação interessante, que se apresentou com maior ou menor intensidade entre os pesquisados, foi a possibilidade de relacionar suas vivências do processo de aposentadoria com aquelas enfrentadas nas situações de luto. Aqui também se abre caminho para futuras investigações, com o objetivo de confirmar a existência dessa correlação e, em caso afirmativo, descobrir até que ponto pode ser útil melhor compreendê-la.

Finalmente, uma vez que os conflitos e ambivalências relatados nessa pesquisa estão ocorrendo num tempo supostamente livre, parece importante ocupar esse mesmo tempo para buscar soluções. Assim como houve um desligamento do trabalho, opção que parece consciente e irreversível, talvez agora seja o momento de viver mais o tempo *kairós* e menos o *kronos*, definidos conforme Monteiro (2005, p.58) e anteriormente discutidos. De qualquer modo, a intervenção de profissionais da Psicologia assume grande importância no planejamento e execução de PPAs que possam auxiliar uma legião crescente de potenciais clientes a atravessar essa fase repleta de dúvidas e incertezas. Talvez o grande desafio para os policiais federais seja descobrir, enquanto estiverem na ativa, outras fontes de prazer além do trabalho.

Pode-se dizer que em muitas das situações observadas acaba sendo semelhante, independentemente do grupo estudado, como foi apontado nos trabalhos de Santos (1990), Zanelli & Silva (1996) e França (2008). Não obstante, foram aqui constatadas algumas particularidades, entre as quais se destacam o alto grau de identificação profissional como uma das principais dificuldades enfrentadas quando do desligamento; a mudança radical no uso do tempo livre, antes e após a aposentadoria; e a decisão por se aposentar logo ao concluir o tempo necessário, apesar da grande identificação com a profissão. Estas especificidades vêm ao encontro do que ensinam Zanelli & Silva (1996) sobre a importância de realizar uma pesquisa preliminar em um grupo de PPA. Ou como aponta França (2002), a relevância em elaborar um diagnóstico prévio. Mesmo sendo a aposentadoria um fenômeno social, ele também é individual e grupal, e conhecer o grupo com o qual se está trabalhando dá condições para que se construa o programa com as ferramentas específicas para suas necessidades, além de poder conhecer a realidade por ele vivenciada.

Recomenda-se que outras pesquisas sejam feitas com grupos semelhantes, para que os assuntos aqui abordados de forma tangencial possam ser aprofundados. Uma proposta seria realizar uma investigação científica envolvendo também os familiares dos aposentados, dada sua

importância e o grau de participação em todo o processo. Sugere-se também à administração pública deste e de outros órgãos que torne parte da cultura organizacional o desenvolvimento de programas de orientação para aposentadoria, onde sejam trabalhados temas compatíveis com as necessidades de cada grupo.

Adorno, S (2002). O monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea. In. Miceli, S (org.). *O que ler na Ciência Social brasileira 1970-2007.IV*. Disponível em <http://www.nevusp.org/downloads/down078.pdf>.

Antunes, R. (2005). *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Boitempo.

Aquino, C. Martins, & J.C.O (2007, Setembro 21). Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. *Mal-Estar-Fortaleza* Vol.VII 2 p.479-500. Disponível em: <http://www.unifor.br/notitia/file/1851.pdf>.

_____. (2008). Ócio, lazer e tempo livre na sociedade que centraliza o tempo de trabalho. In.Cabeza, M.C & Martins, J.C.O (Orgs.), *Ócio para viver no século XXI*. Fortaleza: As musas.

Arcuri, I. G. (2005). Velhice: da gerontofobia ao Desenvolvimento humano: In Corte, B. Mercadante, E.F. e Arcuri, I.G (Orgs.), *Velhice, envelhecimento e complexidade(idade)* (p p.35 – 55). São Paulo: Vetor.

Arcuri, I. G. (2006). *Memória corporal: o simbolismo do corpo na trajetória de vida*. (2ª edição rev.). São Paulo: Vetor.

Azevedo, R.P.da C. (2005). *A aposentadoria é tempo de lazer e mudança na família: um estudo sobre a percepção da aposentadoria, hábitos de lazer e a relação com a família*. Dissertação da Superintendência de pesquisa e Pós-Graduação da Universidade católica de Salvador-UCSAL.

Badaró, R.A.L (2005). Terceira idade e tempo livre. Recuperado em 29 de outubro de 2008. Disponível em: www.ibcdtur.org.br/downloads/terceira%Idade%20520tempo205livrepdf.

Beauvoir, S. (1986). *A velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Bastos, H. F.B.N, Júnior, A.G. da S. & Tenório, A.C. (2007). Recuperado em: 29 de abril de 2009, disponível em: http://www.fae.ufmg.br/ensaio/v9_n2/02.

Beaklini, B, L, R.(2004) *A Polícia Federal após a Constituição de 1988: polícia de governo, segurança de Estado e polícia judiciária*. Dissertação do Programa de Pós Graduação em Ciências Políticas.Universidade Federal do Rio Grande do Sul- RS.

Bertoncini, E. M.O.L. (1992). *Aposentadoria Precoce: um estudo da ruptura vivida pelo trabalhador*. Dissertação do Programa de Pós Graduação em História. Universidade do Estado Paulista Júlio de Mesquita Filho. SP.

Bianchetti, L. (1996). *Angústia no vestibular*. Passo Fundo: Ediupf.

Buonsanti, C.M. (2007). *Vivências Subjetivas de Professores da UFPB no processo de aposentadoria e na utilização do tempo livre*. Dissertação do Programa de Pós Graduação em Psicologia. Universidade Federal da Paraíba/João Pessoa. PB

Borges, L.O, Yamomoto, O.H (2004). In. Zanelli, J.C., Andrade, J. B.E, Bastos, A.V.B (Orgs.) *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil* (pp.24-63). Porto Alegre: Artemed.

Cabeza, M. C. (2009). Más Allá Del trabajo: El ocio de los jubilados/Beyond work:leisure of the retired. *Revista Mal-estar e subjetividade*. V.9 13-42.

Carlos, S. A., Jacques, M. G. C., Larratea, S. V., & Heredia, O. C. (1999). Identidade, Aposentadoria e Terceira Idade. *Estudos Interdisciplinares sobre Envelhecimento*, V 1, 77-88.

Carneiro. L. C. B. (2004). *Processo de Transformação do Sofrimento em Adoecimento na Gestão do Trabalho*. Tese de doutorado do Programa de Saúde-Ciências da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz-FIOCRUZ, Brasil.

- Chizzotti, A.(2005). *Pesquisa em ciências humanas e sociais* (7a ed.). São Paulo: Cortez.
- Codo, W. (1997) Um diagnóstico do trabalho (em busca do prazer). In A. Tamayo, J Borges-Andrade & Codo (eds), *Trabalho Organizações e Cultura* (pp. 21-40). São Paulo, SP: Autores Associados.
- Coutinho, M.C., Krawulski, E., Soares, D.H.P. (2007). Identidade e trabalho na contemporaneidade: repensando articulações possíveis. *Psicologia & Sociedade*; 19 (edição especial 1), 29-37.
- De Gaulejac, V. (1987). *La névrose de classe*. Paris, Hommes & Groupes Éditeurs.
- Departamento de Polícia Federal (2004). *Livro de Comemoração dos 60 anos da Polícia Federal*. Brasília: DPF.
- Duarte. C.V. (2005) *Identidade e expectativas diante da aposentadoria: fim da trajetória profissional ou novo projeto de vida?* Dissertação do Programa de Pós Graduação em Psicologia. Universidade de São Paulo/Ribeirão Preto.
- Ely, F.R. (2007). *O super-herói (nem tanto) também adocece: Um estudo em saúde do trabalhador com servidores da Polícia Federal em SC*. Dissertação do Programa de Pós Graduação em Serviço Social. UFSC-SC.
- Emiliano, N. (2009). Aposentadoria: o idoso e a família. *Portal da família*. Recuperado em 19 de dezembro de 2009.Em:<http://www.portaldafamilia.org/artigos/artigo368>.
- França, L. (2008). *O desafio da aposentadoria*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Franco, M. L. P. B. (1994). O que é análise de conteúdo. Em: *Ensino Médio: Desafios e Reflexões* (pp. 159-185). Campinas: Papirus.
- Frigotto, G. (2002). A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. In Frigotto, G; Ciavatta, M. (Orgs.) *A experiência do trabalho e a educação básica* (pp.11-27). Rio do Janeiro, RJ: DP&A.

Garcia, T. G. (1995). Aposentadoria: benção ou maldição? In: Medina, C. e Greco, M. (Orgs). *Sobrevivências no mundo do trabalho*. (pp.254-259). São Paulo:TCA USP/CNPQ.

Gonçalves, M.T.G.(1993) *Auto-imagem na Aposentadoria: mito e realidade*. Dissertação do Programa de Pós Graduação em Ciências da Comunicação. Universidade de São Paulo. SP.

Haal, S.(2006) *A identidade cultural na pós-modernidade* (11^a. ed.). Rio de Janeiro, RJ: DP&A.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. *Banco de Dados Agregados*. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Recuperado em 28 de setembro, 2008: Em: http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/idoso/preocupacao_futura.html

Junior, A. E. de D.(1998) . O trabalho voluntário realizado por idosos numa Universidade do Tempo Livre: Tempo de lazer ou de uma segunda carreira. In: *V Congresso Mundial do Lazer em uma sociedade Globalizada, inclusão ou exclusão*. V Congresso Mundial do Lazer em uma sociedade Globalizada, inclusão ou exclusão. São Paulo .

Krawulski E. (2004). *Construção da identidade profissional do psicólogo: vivendo as “metamorfoses do caminho” no exercício cotidiano do trabalho*. Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, UFSC- SC.

Laffin, M. (2002). *De contador a professor – a Trajetória da docência no ensino superior de contabilidade-* Tese de Doutorado do Programa de Pós Graduação em Contabilidade, UFSC- SC.

Leão, M. A. B. G. (2000). *A Aposentadoria como Perspectiva de Idividuação em Mulheres Trabalhadoras de Meia-idade*. Dissertação do Programa de Ciências Médicas. Universidade Estadual de Campinas. SP.

Luna, I. N. (2005). Para além das aparências: construção da identidade no mundo do trabalho. In: L, Maria C. P et al. (Orgs). *Intervenção e compromisso social: orientação profissional: teoria e técnica*, v. 2 (pp. 79-96). São Paulo: Vetor.

Machado, H.V (2003). A identidade e o contexto organizacional: perspectiva de análise. *Revista de Administração contemporânea*, 51 (pp.51-73).

Magalhães, M. de O., Krieger, D. V., Vivian, A. G., Stralio, M. C. S., Poeta, M. P. (2004). Padrões de ajustamento na aposentadoria. *Pepsic.bvs-psi* 19, 57-68. Disponível em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/aletheia/n19/n19a06.pdf>.

Maheirie, K (2002). Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. *Revista Interações*, 13 (7), (pp.31-44).

Malvezzi, S. (2004). Prefácio. In: Zanelli, J.C., Andrade, J. B.E, Bastos, A.V.B (Orgs.) *Psicologia, organizações e trabalho no Brasil* (pp.13-17). Porto Alegre: Artmed.

Marx, K. (1998). *O Capital: Livro I, Vol.1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Marx, K. & Engel, F. (2007). *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Martin Claret (original publicado em 1932).

Mazo, G. Z, Lopes, M. A e Benedetti, T. B (2001). *Educação física e o idoso: Concepção gerontológica*. Porto Alegre: Ed.Sulina.

Mazzotti, A.J.A. (2006). A “revisão da bibliografia” em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis - o retorno. In: Bianchetti, L Machado, A.M. (org.) (pp.25 -41). *A bússola do escrever*. 2^a ed editora. Cortez.

Minayo, M.C. S. (2003). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Rio de Janeiro: Vozes.

Minayo, M.C.S. (2004). *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde* (8a ed.). São Paulo: Hucitec

Ministério da Previdência Social - INSS. Recuperado em 28 de setembro, de <http://www.previdencia.gov.br/>

Monteiro, P.P. (2005). Somos velhos porque o tempo não pára. In Corte, B. Mercadante, E.F. e Arcuri, I.G (Orgs.), *Velhice, envelhecimento e complexidade(idade)* (p p.56 – 82).São Paulo: Vetor.

Moscovici, F. (2000). *Renascença Organizacional: a revalorização do homem frente à tecnologia para o sucesso da nova empresa*. São Paulo, José Olympio.

Neto, C. O. (1994). Trabalho de campo como descoberta e criação. In: Minayo, S. C. M. (Orgs.), *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade* (51-66). Petrópolis, RJ: Vozes.

Prat, A.G. (2008). Os benefícios do ócio. In.Cabeza, M.C &Martins, J. C. O.(Orgs.), *Ócio para viver no século XXI*. Fortaleza: As musas.

Ramos, A.G (1989). *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. Tradução Mary Cardoso. Rio de Janeiro. FGV.

Ross-Kübler, E. (1998). *Sobre a morte e o morrer*.(8ª edição). São Paulo: Martins Fontes.

Rosso, S. D (2006). Tempo de Trabalho. In. Catanni, A.d, Holzmann, L (Orgs.) *Dicionário de trabalho e tecnologia* (pp.307-311). Porto Alegre. Ed. da URGs.

Santos, M. F. S (1990). *Identidade e aposentadoria*. São Paulo: EPU.

Sarriera, J.C, Paradiso, A.C, Mousquer, P.N, Marques, L.F,Hermel, J, S & Coelho, R.P.S. (2007). Significado do tempo livre para adolescentes de classe popular. *Psicologia ciência e Profissão*. vol.27,dez, nº.4, pp.718-729. ISSN 1414-9893. Recuperado em 24 de outubro, de 2008 em: <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo>.

Sawaia, B.B (1999). Comunidade como ética e estética da existência: uma reflexão mediada pelo conceito de identidade. *Psyche*, 8 (1),19-25.
Schwarz, L. R. (2009). *EnvelheSer: a busca do sentido na terceira idade*. São Paulo: Vetor

Singer, P. (2003). *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. 4. edição. São Paulo: Contexto.

Soligo, M.C.A.L (1999). *Envelhecimento e lazer: um estudo sobre o cotidiano do administrador de empresas aposentado na Grande São Paulo*. Dissertação do Programa de Pós graduação em Administração. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUCS-SP.

Soares-Lucchiari, D.H.P. (1997). *Choix Professionnel: projet des parents – projet des adolescents*. Tese de Doutorado em Psicologia, 1996. Universidade Louis Pasteur, Strasbourg, França. Publicada pelas Editions du Septentrion.

Soares, D.H.P. (2002). *A escolha profissional: do Jovem ao adulto*. São Paulo: Summus.

Soares, D. H. P.; Costa, A. B.; Rosa, A.M.; Oliveira, M. L. S. de. (2007). Aposentação: programa de preparação para aposentadoria. *Estudos Interdisciplinares sobre Envelhecimento*, 12, 143-161.

Soares, D. H. P, Costa, A.B. (2008). Projeto de futuro na aposentadoria: uma discussão fundamentada pela orientação profissional em psicologia. *Revista Perspectivas em Psicologia y Ciencias Afines*, v. 5, (pp. 37-46).

Stano, R. de C. M. T. (2001) *Ser Professor no Tempo do Envelhecimento: professoralidade em cena*. Tese de doutorado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. SP.

Tonelli, M.J. (2003). Ponto de vista o relógio controlado. *Revista da administração*. V.2 nº 3.

Torres, V. B. de A. (2006). *Construção dos Saberes Docentes: dicotomias e relação entre princípios da Educação e o Direito*. Dissertação em Educação. Universidade Federal de Pernambuco. PE.

Triviños, A. N.S. (1987, 2001). *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. 4º ed. São Paulo: Atlas.

Wilson, D. Scalco, M.Z. (1995). Ocupação e saúde Mental (p.241) In M. C, G, M (Orgs.). *Sobrevivência no mundo do trabalho*. São Paulo: TCA USP/CNPQ .

Zanelli, J.C. (1992). Formação profissional e atividades de trabalho: análise das necessidades identificadas por psicólogos organizacionais. Tese de Doutorado – Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP.

_____. (2002). Pesquisa Qualitativa em estudo da gestão de pessoas. Estudos de Psicologia (Natal) vol.7 nº especial. Recuperado em 5 de janeiro de 2010, ScieLO (Scientific Electronic Library online): www.scielo.com.br

Zanelli, J.C. & Silva, N. (1996). *Programa de Preparação para Aposentadoria*. Florianópolis, SC: Insular.

APÊNDICES

- Apêndice A** – Caracterização dos sujeitos que compunham a fase preliminar
- Apêndice B** – Técnica da agenda colorida
- Apêndice C** – Termo de Consentimento Livre Esclarecido
- Apêndice D** – Carta de apresentação ao DPF
- Apêndice E** – Carta de Solicitação ao DPF
- Apêndice F** – Roteiro da entrevista
- Apêndice G** – Termo de Consentimento Livre Esclarecido
- Apêndice H** – Carta de Apresentação
- Apêndice I** – Regimento interno da Polícia Federal

APÊNDICE A**Caracterização dos sujeitos que compunham a fase preliminar.**

Sujeitos	Sexo	Empresa: Pública ou privada	Situação no trabalho	Tempo de aposentadoria
1	masculino	Empresa privada	Aposentado	12 anos
2	feminino	Empresa pública	Aposentada	8 meses
3	feminino	Empresa privada	Aposentada	1 anos
4	masculino	Empresa privada	Licença-saúde	8 meses
5	masculino	Empresa privada	Solicitou aposentadoria	2 meses
6	feminino	Empresa Pública	Ativo	-----
7	feminino	Autônomo	Ativo	-----
8	feminino	Estudante	Ativo	-----

APÊNDICE B

Técnica da Agenda: A proposta da Técnica da Agenda é possibilitar que os aposentados percebam como estão distribuindo suas atividades e seu tempo no dia-a-dia. A consigna da técnica consiste no preenchimento da agenda semanal, da seguinte forma: As atividades que são identificadas como Tempo de Trabalho deverão ser preenchidas a lápis de forma leve; as outras atividades (não-trabalho) deverão ser preenchidas com maior pressão sobre o papel. Após a conclusão desta primeira parte, pede-se que o sujeito observe como vê a distribuição das suas atividades no cotidiano. E por fim, deverá apagar todos os horários de preenchimento que representavam o Tempo de Trabalho. A atividade é concluída com a discussão dos sentimentos que surgiram ao ver a agenda sem este tempo.

	2 feira	3 feira	4 feira	5 feira	6 feria	sábado	domingo
6:00							
7:00							
8:00							
9:00							
10:00							
11:00							
12:00							
13:00							
14:00							
15:00							
16:00							
17:00							
18:00							
19:00							
20:00							
21:00							
22:00							

OBS: Após ter preenchido toda a agenda, você deverá apagar o que preencheu como tempo de trabalho.

APÊNDICE C



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

TERMO CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

Eu, Marilaine Bittencourt de Freitas Lima, sou mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, pesquisadora principal do projeto de investigação “**Aposentadoria e tempo livre: um estudo com policiais federais**”. (sob a orientação da prof. Dra. Dulce Helena Penna Soares, pesquisadora responsável) e gostaria de convidá-lo a participar desta pesquisa preliminar, que será realizada na 7ª SEPEX, durante a realização do mini-curso “Aposentadoria: Fim ou recomeço?”, onde será debatido questões relacionadas a sua trajetória profissional e a utilização do seu tempo livre.

Conforme o estabelecido pelas normas éticas que regulam as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, posso garantir-lhe: liberdade de adesão ou recusa de participação na pesquisa; liberdade para retirar seu consentimento a qualquer momento, bastando contatar os pesquisadores abaixo assinados; e sigilo das informações que forem dadas durante a pesquisa e relativa à sua identidade. Cabe, ainda, esclarecer que as informações coletadas nesta investigação científica serão guardadas em local de acesso restrito aos pesquisadores e serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa. As publicações que resultarem da investigação manterão a garantia de sigilo e, portanto, preservarão a identidade e a privacidade dos participantes.

Para concluir, coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos. Contatos pelo fone 32048616.

Assinaturas:

Data: / /

Eu,....., portador (a) da carteira de identidade nº..... confirmo que a pesquisadora Marilaine Bittencourt de Freitas Lima discutiu comigo esse estudo e também estou de acordo e esclarecido da sua finalidade, aceitando ser participante desse estudo.

Pesquisadora Principal:.....

Pesquisadora Responsável:.....

APÊNDICE D

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
ÁREA: PRÁTICAS SOCIAIS E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO
LINHA: TRAJETÓRIAS NO TRABALHO E PROCESSOS
IDENTITÁRIOS**

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Florianópolis, 09 de outubro de 2008.

A Sua Senhoria o Sr.
Superintendente Regional do DPF em Santa Catarina

Senhor Superintendente

Meu nome é Marilaine Bittencourt de Freitas Lima e estou cursando o Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC. Minha pesquisa de dissertação versará sobre “O USO DO TEMPO LIVRE POR SERVIDORES PÚBLICOS APOSENTADOS” e terá como objetivo compreender a utilização do tempo livre dos servidores na aposentadoria.

A escolha se justifica tendo em vista o aumento do percentual de aposentados brasileiros. O processo da aposentadoria implica numa mudança concreta na vida do indivíduo, que muitas vezes pode, por diversos motivos, enfrentar sérios problemas de adaptação à nova realidade. Tendo em vista o dinamismo da carreira policial federal e o alto grau de comprometimento com a profissão que caracteriza os servidores do DPF, pode ser oportuno avaliar os efeitos da ruptura ocasionada pela aposentadoria sobre a qualidade de vida dos profissionais. Desse modo, solicito vossa para autorização para entrar em contato com os aposentados do Departamento de Polícia Federal, para que esta pesquisa seja realizada.

Caso ocorra alguma dúvida em relação ao estudo, estou à disposição para esclarecimentos, através dos telefones 48-32048616 e 99814192, e através do endereço eletrônico: marilainepsi@yahoo.com.br

Agradeço antecipadamente vossa colaboração.

Marilaine Bittencourt de Freitas Lima
Mestranda em Psicologia/UFSC
CRP 12/06605

APÊNDICE E**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
ÁREA: PRÁTICAS SOCIAIS E CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO
LINHA: TRAJETÓRIAS NO TRABALHO E PROCESSOS
IDENTITÁRIOS****CARTA DE SOLICITAÇÃO**

Florianópolis, 29 de janeiro de 2009.

A Sua Senhoria o Sr.
Superintendente Regional do DPF em Santa Catarina

Senhor Superintendente, tendo em vista a autorização emitida pelo V.Sa., conforme despacho na carta de apresentação protocolada sob o nº 08490.016608/2008-59, solicito acesso à lista dos servidores que se aposentaram a partir do ano de 2000 até a presente data.

Agradeço antecipadamente vossa colaboração.

Marilaine Bittencourt de Freitas Lima
Mestranda em Psicologia/UFSC
CRP 12/06605

APÊNDICE F

Roteiro de entrevista

Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Área 2: Práticas Sociais e Constituição do Sujeito
Linha 3: Trajetórias no trabalho e processos identitários
Pesquisa: Aposentadoria e Tempo Livre: Um estudo com policiais federais

Data: _____ Duração da entrevista _____

Módulo 1: informações pessoais: Buscar-se-á aprofundar questões sobre as informações respondidas no questionário.

Módulo 2: questões norteadoras

- ✓ Como você se descreve?
- ✓ Você se identificava com sua profissão de policial federal. Como?
- ✓ Quando você passou a se sentir policial federal?
- ✓ Fale-me de seu trabalho, o que ele significava para você?
- ✓ Como foi o processo de escolha da profissão de policial federal?
- ✓ A Trajetória profissional de policial federal?
- ✓ Quais as atividades que você desempenhou em seu trabalho?
- ✓ Como era o seu cotidiano de trabalho?
- ✓ O que é tempo livre para você?
- ✓ Como você utilizava o tempo livre quando não estava aposentado? E no início da aposentadoria? Atualmente?
- ✓ Como é o seu dia-a-dia?
- ✓ Como você se sente aposentado?
- ✓ O que mudou para você?
- ✓ Como você descreveria sua vida hoje?

APÊNDICE G

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Área 2: Práticas Sociais e Constituição do Sujeito
Linha 3: Trajetórias no trabalho e processos identitários
Pesquisa: Aposentadoria e Tempo livre: Um estudo com policiais
federais

Eu, Marilaine Bittencourt de Freitas Lima, sou mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, pesquisadora principal desta pesquisa (sob a orientação da prof. Dra. Dulce Helena Penna Soares, pesquisadora responsável) e gostaria de convidá-lo a participar desta pesquisa **Aposentadoria e Tempo livre: Um estudo com policiais federais**

Conforme o estabelecido pelas normas éticas que regulam as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, posso garantir-lhe: liberdade de adesão ou recusa de participação na pesquisa; liberdade para retirar seu consentimento a qualquer momento, bastando contatar os pesquisadores abaixo assinados; e sigilo das informações que forem dadas durante a pesquisa e relativa à sua identidade. Cabe, ainda, esclarecer que as informações coletadas nesta investigação científica serão guardadas em local de acesso restrito aos pesquisadores e serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa. As publicações que resultarem da investigação manterão a garantia de sigilo e, portanto, preservarão a identidade e a privacidade dos participantes.

Para concluir, coloco-me à disposição para maiores esclarecimentos. Contatos pelo fone (48) 99814192

Assinaturas:

Data: / /

Eu,....., portador (a) da carteira de identidade nº..... confirmo que a pesquisadora Marilaine Bittencourt de Freitas Lima discutiu comigo esse estudo e também estou de acordo e esclarecido da sua finalidade, aceitando ser participante desse estudo.

Pesquisadora Principal:.....

Pesquisadora Responsável:.....

E-mail e telefone para posterior contato:

APÊNDICE H

Carta de apresentação

Meu nome é Marilaine Bittencourt de Freitas Lima e estou cursando o Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC. Minha pesquisa de dissertação versará sobre **“Aposentadoria e Tempo Livre: Um estudo com Policiais Federais”**. Cabe destacar, que este projeto já foi aprovado pelo Comitê de Ética com Seres Humanos, e que tanto o SINPOFESC quanto o DPF/SC estão cientes desta pesquisa.

Tendo em vista o dinamismo da carreira Policial Federal e o alto grau de comprometimento com a profissão que caracteriza os servidores do DPF, pode ser oportuno avaliar os efeitos da ruptura ocasionada pela aposentadoria sobre a qualidade de vida dos profissionais. Sua participação auxiliará no aumento de trabalhos científicos assim como no desenvolvimento de Programas que auxiliem as pessoas que estão nesta fase, pois percebe-se uma lacuna grande de estudos científicos com a categoria Policias Federais.

Desse modo, convido-o a participar de uma entrevista individual, agendada com você previamente. Quanto ao local da entrevista deixo a sua disposição para escolha, embora o SINPOFESC está disponibilizando uma sala para que ela seja realizada. Caso ocorra alguma dúvida em relação ao estudo, estou à disposição para esclarecimentos, através dos telefones 48-32048616 e 99814192, e através do endereço eletrônico: marilainepsi@yahoo.com.br

Agradeço antecipadamente vossa colaboração

APÊNDICE I

PORTARIA Nº- 1.825, DE 13 DE OUTUBRO DE 2006

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º do Decreto nº 5.834, de 6 de julho de 2006, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno do Departamento de Polícia Federal, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 1.300, de 4 de setembro de 2003.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS

ANEXO

REGIMENTO INTERNO

DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

CAPÍTULO I

CATEGORIA E FINALIDADE

Art. 1º O Departamento de Polícia Federal - DPF, órgão específico singular, a que se refere o art. 2º, inciso II, alínea "g", do Anexo I, do Decreto nº 5.834, de 6 de julho de 2006, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, com autonomia administrativa e financeira, diretamente subordinado ao Ministro de Estado da Justiça, tem por finalidade executar, em todo o território nacional, as seguintes atribuições previstas no § 1º do art. 144 da Constituição Federal e também as previstas na legislação complementar, e especificamente:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho de bens e valores, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União;

V - coibir a turbação e o esbulho possessório dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Pública Federal, sem prejuízo da manutenção da ordem pública pelas Polícias Militares dos Estados; e VI - acompanhar e instaurar inquéritos relacionados aos conflitos agrários ou fundiários e os deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal, bem como prevenir e reprimir esses crimes.

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO

Art. 5º As Superintendências Regionais nos Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, **Santa Catarina**, Sergipe e Tocantins compõem-se de:

1. SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL - SR

1.1. NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL - NIP

1.2. NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NTI

1.3. SETOR DE RECURSOS HUMANOS - SRH

1.4. SETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO - SETEC

1.5. SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL - SELOG

1.5.1. Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira - NEOF

1.5.2. Núcleo Administrativo - NAD

1.6. DELEGACIA REGIONAL EXECUTIVA - DREX

1.6.1. Núcleo de Custódia - CUSTÓDIA

1.6.2. Núcleo de Cartório - NUCART

1.6.3. Núcleo de Operações - NO

1.6.4. Delegacia de Polícia de Imigração - DELEMIG

1.6.5. Delegacia de Repressão a Crimes Previdenciários - DELEPREV

1.6.6. Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ

1.6.7. Delegacia de Defesa Institucional - DELINST

1.6.8. Delegacia de Controle de Segurança Privada - DELESP

1.6.9. Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico - DELEMAPH

1.7. DELEGACIA REGIONAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO - DRCOR

1.7.1. Delegacia de Repressão a Crimes Contra o Patrimônio - DELEPAT

1.7.2. Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas - DELEARM

1.7.3. Delegacia de Repressão a Entorpecentes - DRE

1.8. CORREGEDORIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL - COR

1.8.1. Núcleo de Disciplina - NUDIS

1.8.2. Núcleo de Correições - NUCOR